



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO

AKIANE CRISTINA SANTOS DE ARAÚJO

**“UM CAMINHO NOVO”: O SUJEITO DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS NO *JINGLE EU SOU O NOVO MARANHÃO* DO
GOVERNO FLÁVIO DINO (2019-2022)**

São Luís

2025

AKIANE CRISTINA SANTOS DE ARAÚJO

**“UM CAMINHO NOVO”: O SUJEITO DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS NO *JINGLE EU SOU O NOVO MARANHÃO* DO
GOVERNO FLÁVIO DINO (2019-2022)**

Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), da Universidade Federal do Maranhão, como requisito obrigatório para qualificação.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim

Linha de pesquisa: Estudos de Linguagem e Práticas Discursivas

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a).Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos de Araújo, Akiane Cristina.

UM CAMINHO NOVO: O SUJEITO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO
JINGLE EU SOU O NOVO MARANHÃO DO GOVERNO FLÁVIO DINO 2019-
2022 / Akiane Cristina Santos de Araújo. - 2025.

88 f.

Orientador(a): Ilza do Socorro Galvão Cutrim.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2025.

1. Jingle. 2. Discurso. 3. Sujeito. 4.
Governamentalidade. 5. Biopolítica. I. Galvão Cutrim,
Ilza do Socorro. II. Título.

AKIANE CRISTINA SANTOS DE ARAÚJO

**“UM CAMINHO NOVO”: O SUJEITO DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS NO *JINGLE EU SOU O NOVO MARANHÃO* DO
GOVERNO FLÁVIO DINO (2019-2022)**

Dissertação de Mestrado apresentado Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), da Universidade Federal do Maranhão, como requisito obrigatório para qualificação.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Ilza do Socorro Galvão Cutrim

Linha de pesquisa: Estudos de Linguagem e Práticas Discursivas

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ilza Galvão Cutrim (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Roselene de Fátima Coito
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante (Suplente)
Universidade Federal do Maranhão

São Luís
2025

Aos meus pais, Júlio e Gécima, aos meus filhos,
Bruna e Kainã, e a Paulo, com amor eterno.

AGRADECIMENTOS

Jesus certo dia disse: “Sem mim nada podeis fazer” (João 15:5). Certamente esta pesquisa não estaria concluída sem a permissão e o auxílio dAquele que é o autor e consumidor de minha história. A Ele, O Grande Deus, minha gratidão por ter me permitido chegar até aqui. A Ele seja dada toda a honra pelas competências e habilidades que me capacitaram entender as leituras foucaltianas, tão complexas, que inicialmente me fizeram pensar em desistir deste projeto acadêmico.

Agradeço imensamente a meus pais, Júlio e Gécima Araújo, sem o amor, a paciência e as orações de vocês, jamais teria sobrevivido a tudo que passei ao longo de toda a minha existência.

Bruna e Kainã, vocês sempre serão a minha “vida” e o meu “amor”. Filha, filho, obrigada pela compreensão, apoio e incentivo durante essa jornada.

A minha amada irmã Jaciane Araújo, por sempre ter me incentivado e acreditado no potencial que eu não conseguia enxergar.

A minha orientadora, Profa. Dra. Ilza Galvão Cutrim, que pacífica, tolerante e empaticamente me guiou na aquisição de todo o conhecimento adquirido para a fundamentação desta dissertação. Indubitavelmente, sem sua experiência, compreensão, mansidão e sem suas intervenções necessárias nada disto teria acontecido

As professoras Graça, Marize, Veraluce e Ana Lúcia (UFMA), pela empatia e apoio quando diante do sentimento de desistência, me incentivaram, apoiaram e me aconselharam sabiamente quanto ao que fazer.

A Thomas Jefersson, diretor administrativo e Marcíria, diretora pedagógica, que além de excelentes profissionais, foram compreensíveis, flexíveis e essenciais na reformulação de meus horários escolares, facilitando a minha participação nas aulas presenciais do mestrado.

A todos, minha eterna gratidão!

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar como o sujeito governamental emerge como representante das ações governamentais no *jingle* publicitário intitulado “Esse é o novo Maranhão”, produzido pelo governo estadual e divulgado na mídia local. Para isso, analisamos as estratégias de poder no processo do gerenciamento governamental por meio do discurso “Eu sou o novo Maranhão”. Ao analisarmos essa questão, adotamos como aporte teórico os conceitos de Michel Foucault, que contribuem, sobretudo, para uma reflexão sobre a forma que os mecanismos biopolíticos estão presentes nesse recurso publicitário produzido como um discurso de verdade. Objetivamos apresentar a teoria foucaultiana como fundamentação de como o poder se manifesta e se distribui nas sociedades através do discurso, das práticas sociais e das instituições; propomos verificar de que forma o *jingle* “Eu sou o novo Maranhão” apresenta um discurso de verdade das práticas governamentais do(na) Estado; explicamos como as técnicas de governamentalidade e da biopolítica estão presentes no contexto político-social enunciado no *jingle*; e por fim, identificamos o modo de subjetivação do sujeito que se autodeclara “Eu sou o novo Maranhão”. O discurso presente no *jingle* é bastante relevante na construção da subjetividade de um novo sujeito que é inserido na campanha política e publicitária do governo estadual, que vê nesse sujeito a razão de colocar em prática as promessas de uma reconfiguração do Estado por meio de um discurso que enfatiza a mudança e o progresso socioeconômico. Metodologicamente, este trabalho propõe uma abordagem qualitativa do *corpus*, pois tem como fim analisar como esse *jingle* funciona como um discurso de verdade e compreender como os sujeitos são constituídos por meio de práticas discursivas, tendo como base de apoio a arqueogenealogia, de Michel Foucault, no que se refere aos seus estudos sobre discurso e práticas discursivas, sujeito e subjetividade, formação discursiva, enunciado e arquivo, relação saber-poder.

Palavras-chave: *Jingle*. Discurso. Sujeito. Governamentalidade. Biopolítica

ABSTRACT

This research aims to analyze how the governmental subject emerges as a representative of governmental actions in the advertising jingle titled "This is the New Maranhão," produced by the state government and broadcast in local media. To this end, we analyze the power strategies in the process of governmental management through the discourse "I am the new Maranhão." In analyzing this issue, we adopt as theoretical support the concepts of Michel Foucault, which contribute, above all, to a reflection on how biopolitical mechanisms are present in this advertising resource produced as a discourse of truth. We aim to present Foucault's theory as the foundation for understanding how power manifests and distributes itself in societies through discourse, social practices, and institutions; we propose to verify how the jingle "I am the new Maranhão" explicitly presents a discourse of truth regarding governmental practices of the State; we explain how the techniques of governmentality and biopolitics are present in the political-social context stated in the jingle; and finally, we identify the mode of subjectivation of the subject who self-declares "I am the new Maranhão." The discursive content present in the jingle is quite relevant in the construction of the subjectivity of a new subject who is inserted into the political and advertising campaign of the state government, who sees in this subject the reason to put into practice the promises of a reconfiguration of the State through a discourse that emphasizes change and socioeconomic progress. Methodologically, this work proposes a qualitative approach to the corpus, as its aim is to analyze how this jingle functions as a discourse of truth and to understand how subjects are constituted through discursive practices, with the support of Michel Foucault's archeogenealogy, regarding his studies on discourse and discursive practices, subject and subjectivity, discursive formation, enunciation and archive, and the relationship between knowledge and power.

Keywords: Jingle. Discourse. Subject. Governmentality. Biopolitics.

Sumário

1.INTRODUÇÃO	1
1. ANÁLISE DO DISCURSO E FOUCAULT: CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA INVESTIGAÇÃO DA FUNÇÃO DISCURSIVA.....	8
2.1 Estudos do discurso e Foucault: teoria e metodologia.....	8
• Poder Soberano.....	40
• Poder pastoral	42
• Poder disciplinar	44
• Biopoder-Biopolítica	45
2.2 Midia audiovisual: a propagação moderna da “verdade” presente	49
3. “EU SOU O NOVO MARANHÃO”: ENTRE PASSADO E PRESENTE	59
4.1 O <i>jingle</i> “Eu sou o novo Maranhão”	66
REFERÊNCIAS.....	84
FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.	84
FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.	85

1.INTRODUÇÃO

O contexto político do Estado do Maranhão, historicamente, é marcado por discursos que apresentam ideias de ruptura, avanço e progresso, principalmente no que diz respeito a tudo o que está relacionado ao crescimento econômico e à “defesa da sociedade” maranhense: a proposta de ruptura se constrói com base em um discurso que retoma um passado sempre lembrado como “um período de atrasos”; a ideia de avanços se erige baseada na proposta de execução de políticas que se mantiveram estagnadas e que, com sua execução, colocaria o Estado nos trilhos do progresso econômico e social.

A protagonização dessas ideias de desenvolvimento do Maranhão sempre foi defendida por representantes do poder executivo estadual, que se autoapresentavam como os realizadores das ações governamentais. Suas propostas – normalmente presentes em *slogans* – apoiavam-se em discursos que tinham como representante das ações governamentais o próprio sujeito candidato a governador ou mesmo o próprio governador (já eleito). Ilustramos aqui alguns *slogans*: “Só pode governar o Maranhão quem o conhece” (Newton Bello em campanha no ano de 1960), “O Maranhão vai bem com Newton Bello no governo” (após ser eleito governador), “Zé Sarney é união, é o Povo com o Governo, é o Governo com o Povo”(refrão da campanha de José Sarney em 1966-1970); “Para fazer mais” (Roseana Sarney, na condição de candidata, em 1995), “Para fazer mais ainda” (Roseana Sarney, na condição de governadora reeleita, em 1999), “O governador de todos” (Edison Lobão, na condição de governador, no período de 1991-1994). No primeiro exemplo, “Só pode governar o Maranhão quem o conhece” (grifamos) deixa claro que se trata do candidato Newton Bello apresentando-se como *aquele* que dizia conhecer o Maranhão. No segundo exemplo (“O Maranhão vai bem com Newton Bello no governo”), o nome do governador aparece em destaque. No terceiro exemplo sugere uma proximidade do governo como o povo, o “Zé” Sarney é um líder unido com o povo; o quarto e quinto exemplos, é a governadora eleita, Roseana Sarney, que se propõe a “fazer mais”. Edison Lobão se autodeclara “o governador de todos”.

Nesses dizeres observamos uma tentativa dos candidatos de se fazerem lembrar, de terem seu nome gravado na política e na memória do povo. José Sarney é um desses políticos que tem o nome gravado na história do Maranhão. Sua forma de governo teve como base uma política oligárquica, cujo eixo de sustentação e reprodução é a centralização de recursos políticos e financeiros e utilização clientelista. (REIS, 1992) Nessa forma de governo o Estado se torna um espaço a ser ocupado, como patrimônio a ser explorado, como propriedade privada,

cujos recursos podem ser “concedidos” na medida do “merecimento” demonstrado pelos pleiteantes às nomeações, verbas e favores. (Guilhon, 2007)

No Maranhão, a construção política se dá em meio a práticas oligárquicas, na segunda metade do século XX. Uma dessas oligarquias é a sarneísta, cuja figura principal é José Sarney. Conhecido por sua personalidade emblemática e carismática, Sarney consolidou seu poderio político ao longo de 50 anos no Maranhão.

Assumiu um cargo público como suplente de deputado federal em 1955. Foi governador, senador, presidente da república em vários mandatos. Com seu apoio elegeram-se vários candidatos ao governo do Estado, como sua filha Roseana Sarney.

Roseana Sarney foi eleita governadora em 1994 com 47,18% dos votos contra o candidato Eptácio Cafeteira, que obteve 30,79%. Em 1998, as eleições para o governo do Estado também foram disputadas por Roseana e Cafeteira. Roseana foi reeleita. Seu companheiro de chapa foi José Reinaldo Tavares, eleito vice-governador. Nas eleições seguintes, ano de 2002, José Reinaldo Tavares concorreu ao governo. Seu opositor era Jackson Kleper Lago, do PDT. Tavares se elegeu com 51,06% com o apoio do grupo Sarney.

Jackson Lago foi eleito prefeito de São Luís por três mandatos (1989-1992, 1997-2000 e 2001-2002, quando foi reeleito). Candidato da oposição, Lago ficou em terceiro lugar, com 20,19% dos votos, nas eleições de 1994 ao governo do Estado. Em 2002, renunciou ao último mandato de prefeito de São Luís para concorrer ao governo do Estado, ficando em segundo lugar. Nas eleições de 2006, Lago mantém sua candidatura ao governo. Sua opositora é Roseana Sarney, que volta a se candidatar. Lago surpreende as pesquisas de opinião que apontavam somente 20% da preferência do eleitorado a seu favor e vence as eleições no segundo turno com 51,82% dos votos válidos contra 48,18% de Roseana Sarney. Nas eleições de 2006, Lago fez coligação com a Frente de Libertação do Maranhão, que reunia os partidos PDT, PPS, PAN.

Com apenas cinco meses no governo, Roseana Sarney e seus apoiadores acusaram Jackson e seu vice, Luís Carlos Porto (PPS), de crimes eleitorais. Foi protocolado um pedido de cassação do governador no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 16 de abril de 2009, o TSE confirmou a cassação do mandato de Lago e Porto e ordenou a diplomação da segunda colocada no pleito, Roseana Sarney.

Em 2010, as eleições para governador seriam disputadas, novamente, por Roseana Sarney, Jackson Lago e o candidato estreante Flávio Dino (PCdoB). Roseana venceu as eleições com 50,08%, Dino ficou em segundo lugar com 29,49% e Lago em terceiro lugar com 19,54%.

Nas eleições de 2014, Flávio Dino se elegeu no primeiro turno com 63,52% dos votos válidos contra o candidato apoiado pelo grupo Sarney, Lobão Filho, que obteve 33,69%. A campanha de Dino pautava-se em um discurso de mudança e renovação. Contou com o apoio da coligação Todos pelo Maranhão, composta pelos partidos PCdoB, PDT, PRB, PPS, PTB, DEM, PP, PR, PTC, PPL, PROS, AVANTE, PEN, PT, PSB e Solidariedade. Essa coligação com quinze partidos fortaleceu a campanha de Dino e deixou claro a oposição ao grupo Sarney.

Dino se apresentava em campanha como um candidato que iria acabar com a oligarquia sarneísta e iria tirar o Maranhão do atraso. Em suas falas ao povo ele deixava clara sua oposição e reiterava suas pretensões de mudar o Maranhão para melhor.

Após sua vitória sobre Lobão Filho, Dino assim se pronuncia: “Vamos fazer um governo bom, simples, com os pés no chão e que vai garantir que nosso estado caminhe na direção correta. Vamos enfrentar a corrupção, fazer com que os recursos sejam empregados a serviço da justiça social, tirar nosso Estado das páginas policiais”. E continua: “Nossa vitória é grandiosa pelos que aqui não estão, como quilombolas, quebradeiras de coco, jovens, conselheiros tutelares, pelas pessoas que vi no Maranhão sem ter o que calçar, sem ter o que comer, em casas de taipas. Por estas pessoas nossa vitória é grandiosa”. Nesse pronunciamento, após a vitória nas urnas, o candidato eleito governador do Maranhão faz uso da primeira pessoa do plural “nós” (*Vamos fazer um governo bom...; Vamos enfrentar a corrupção...*) incluindo-se e também incluindo todos os maranhenses como atores responsáveis pela vitória: “[...] Nossa vitória é grandiosa”.

Essa prática discursiva, de inclusão do povo, se repete em seu *slogan*: “O governo de todos”.

Nessa esteira, a gestão Flávio Dino produz discursos que inauguram outro momento ao apresentar outro sujeito: o representante das ações governamentais é um sujeito que se apresenta não mais como aquele que promete realizar, mas como aquele que é resultado das ações do governo.

Esse sujeito, que emerge no segundo mandato de Dino (2019-2022), irrompe como uma questão do tempo presente e responde a uma urgência histórica (Foucault, 1979). Era preciso mostrar a mudança! Flávio Dino estava abrindo caminho no cenário nacional e se apresentava como um político cuja proposta era mudar o Maranhão, tirá-lo da estagnação econômica e social, e ganhar visibilidade no Brasil. Sua trajetória política, após ser eleito governador do Maranhão, já demonstra o caminho que percorreu ao ser escolhido Ministro da Justiça e Segurança Pública no governo Lula e eleito Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Esse caminho, podemos dizer, que foi fruto de um governo que estava preocupado com a gestão da qualidade de vida da população.

Essa mudança no cenário político-econômico do Maranhão, gradativamente começou a ser observada, ou melhor, divulgada por meio de recursos midiáticos que serviram de palco para a enunciação de discursos produzidos como uma “verdade presente”, um discurso de ruptura com o passado, mas de resgate de propostas que antes não se via o seu cumprimento por meio das autoridades governamentais, mas que agora são possíveis de serem vistas.

Atualmente, com o avanço tecnológico e a diversidade dos meios comunicativos, da imensidão de recursos audiovisuais, as propostas e realizações governamentais ganharam notório espaço na mídia maranhense. O processo de ruptura e de mudanças tem sido diariamente apresentado nos diversos meios de interação social e comunicação assíncrona.

Diante de tudo isso, interessadas nas informações sobre as ações governamentais e, inseridas em uma sociedade em que essas informações são instantâneas, veiculadas nas mídias maranhenses facilmente presentes no nosso cotidiano, ao assistirmos aos informes governamentais, verificamos algo que nos chamou bastante a atenção. Trata-se de um *jingle* publicitário do governo Flávio Dino, intitulado “Esse é o novo Maranhão”, cujo refrão apresenta o enunciado “Eu sou o novo o Maranhão”. Nesse momento, fizemos os seguintes questionamentos: quem é o sujeito que emerge como representante das ações governamentais no *jingle* publicitário se autodeclarando “Eu sou o novo Maranhão”, produzido pelo governo estadual e divulgado na mídia local? Como ele se subjetiva em um *jingle* publicado pelo governo estadual?

Com o propósito de encontrar essas respostas, traçamos alguns objetivos, sendo que o principal deles analisar como o sujeito representante das ações governamentais no *jingle* do governo Flávio Dino se subjetiva. Nossos objetivos específicos são: (1) apresentar a teoria foucaultiana como fundamentação de como o poder se manifesta e se distribui nas sociedades através do discurso, das práticas sociais e das instituições; (2) verificar de que forma o *jingle* “Eu sou o novo Maranhão” apresenta um discurso de verdade das práticas governamentais do(na) Estado; (3) explicar como as técnicas de governamentalidade e da biopolítica estão presentes no contexto político-social enunciado no *jingle*; (4) identificar os modos de subjetivação do sujeito que se autodeclara “Eu sou o novo Maranhão”.

O nosso estudo justifica-se pela importância de destacar um novo sujeito que é inserido na campanha política e publicitária do governo estadual, que vê nesse sujeito a razão de colocar em prática as promessas de uma reconfiguração do Estado por meio de um discurso que enfatiza a mudança e o progresso socioeconômico. Justifica-se também, porque com base

nos estudos foucaultianos, que nos apresenta a concepção de que o discurso é uma prática social que constrói e preserva as relações de poder, entendemos que esse *jingle* funciona como uma prática discursiva que se insere nas esferas de poder, moldando a percepção coletiva da população sobre seu próprio estado, fazendo-a acreditar que ela não só se beneficia com as mudanças sociais propostas, mas que ela é a própria razão pela qual o governo trabalha. Diante dessas justificativas, concluímos que a análise desse *jingle* nos permite investigar como ele reforça ou questiona determinadas verdades históricas e sociais sobre o Maranhão.

Metodologicamente, este trabalho propõe uma abordagem qualitativa do *corpus*. Ao escolhermos seguir os passos desse tipo de pesquisa, entendemos que este é o melhor caminho a se percorrer quando a nossa pretensão é validar as hipóteses levantadas, e também porque nos permite entender as ações gerenciais da esfera pública, por meio da análise dos discursos e das práticas sociais. Utilizaremos métodos como a leitura bibliográfica para explicar as dinâmicas discursivas e compreender como os sujeitos são constituídos por meio de práticas discursivas, conforme preconiza os estudos foucaultianos. A base de apoio é a arqueogenealogia de Michel Foucault, no que se refere ao discurso e às práticas discursivas, sujeito e subjetividade, formação discursiva, enunciado e arquivo, relação saber-poder.

Ressaltamos um princípio da Análise do Discurso, que é possibilitar investigar a produção de verdades que definem o que pode ser dito, ou seja, como os discursos atuam na constituição do sujeito e da verdade; as categorias teóricas são também analíticas. Analisamos o *jingle*, com ênfase no enunciado “Eu sou o novo Maranhão”.

Esse *jingle* foi divulgado na tv e no instagram do governo do Estado no período de sua segunda atuação na gestão pública (2019 a 2022). Estamos interessadas em analisar os enunciados que subjetivam o sujeito das ações governamentais nesse *jingle*, os quais serão correlacionados a notícias publicadas na tv, redes sociais, e que nos possibilitarão observar como esses discursos atuam no sentido de dar credibilidade às ações do governo. Dessa forma, faz-se necessário apresentar também uma discussão sobre a função dos processos de governamentalidade e biopolítica.

Os estudos foucaultianos em torno do sujeito, como produto de relações de poder e de práticas discursivas, nos auxiliam a compreender o sujeito representante das ações governamentais no *jingle* Eu sou o novo Maranhão. Na perspectiva da arqueologia foucaultiana, o sujeito se constitui em discursos que resultam de enunciados dispersos na história e produzem saberes, os quais passam a circular como verdade.

Em perspectiva genealógica, buscamos compreender que jogo de poderes atuam na constituição do discurso que perfaz o sujeito das ações governamentais, considerando uma série de forças que interferem na emergência de enunciados que o constituem.

Nesta pesquisa também observamos que a mídia funciona como um dispositivo¹, promovendo a constituição de saberes sobre o sujeito das ações governamentais. Na contemporaneidade, a mídia exerce sua função arbitrária e, como tal, vem cumprindo também uma função dominante, estratégica, difusora de verdades. Isso nos leva a entender, com Foucault (2000), que esse dispositivo funciona como ferramenta analítica que relaciona o saber com as relações de poder que o justificam e são significadas por ele.

Neste estudo, analisamos o jingle publicitário, especialmente o refrão “Eu sou o novo Maranhão”, veiculado na mídia durante a segunda gestão de Flávio Dino. Observamos como as estratégias de divulgação combinam imagens e som (audiovisualidade) em um videoclipe curto, reforçando o discurso de realização das propostas governamentais. Incluímos uma breve discussão sobre audiovisualidades para ampliar a análise do contexto social e histórico das produções discursivas.

No governo Flávio Dino, as estratégias discursivas divulgadas pela mídia oficial² estabilizam determinados saberes em torno das ações já realizadas pelo governo em prol do desenvolvimento do Estado do Maranhão.

A produção resultante desta análise está organizada e estruturada em três capítulos.

No capítulo um, **Análise do discurso e Foucault: concepções teórico-metodológicas na investigação da função discursiva**, abordamos a Análise do Discurso a partir das concepções teórico-metodológicas de Foucault, utilizando essas ideias como método para investigar nosso objeto de estudo. Apresentamos conceitos centrais como discurso, práticas discursivas, sujeito e subjetividade, enunciado, arquivo e a relação saber-poder, mostrando como eles se articulam com governamentalidade e biopolítica nas sociedades. Discutimos também a importância das audiovisualidades, segundo Nilton Milanez, como operadoras de verdades mediadas pelo jingle analisado, sem entrar em questões cinematográficas.

No segundo capítulo, intitulado **“Eu sou o novo Maranhão”: entre passado e presente**, buscamos compreender como o enunciado *novo Maranhão*, ao mesmo tempo em que retoma *Maranhão novo*, inaugura uma nova discursividade, que constrói sentidos sobre

¹ Estamos entendendo *dispositivo* como um conjunto de discursos, de práticas discursivas que produzem saberes.

² Estamos considerando mídia oficial a divulgação das ações realizadas pelo/sobre o governo do Estado nas plataformas oficiais, ou seja, as que são produzidas pelo Estado.

progresso no Estado do Maranhão. A partir dos pressupostos foucaultianos, pontuamos como o discurso presente no *jingle* articula enunciados que legitima uma ruptura simbólica com o passado, ao mesmo tempo em que afirma a realização de um futuro promissor já em curso. Nesse movimento, o *jingle* é compreendido como prática discursiva que produz efeitos de verdade e consolida uma narrativa oficial de transformação histórica.

No terceiro capítulo, Análise de **Governo e Povo - o Maranhão num caminho novo: um discurso como produtor de uma verdade presente**, analisamos como o *jingle* publicitário se insere em um contexto de construção de verdades e narrativas sociais. Apresentamos os elementos constituintes do *jingle*; descrevemos a letra, a contextualização do momento histórico, a campanha publicitária à qual ele pertence, e, sobretudo, sua principal mensagem discursiva. Por meios dos esclarecimentos de Michel Foucault sobre a relação do discurso e o poder, ressaltamos neste capítulo como os recursos audiovisuais - som, palavras e imagens - colaboram para a produção de um saber que é interpretado sob a ótica da realidade.

Esperamos que ao final deste trabalho, as descobertas presentes nesta dissertação colaborem para o avanço de outras pesquisas nesta área de estudo, e que nossas considerações sejam apenas mais um documento que possa ser útil na imensidão do sítio discursivo onde podemos escavar “verdades” e discutir sobre a veracidade delas.

1. ANÁLISE DO DISCURSO E FOUCAULT: CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA INVESTIGAÇÃO DA FUNÇÃO DISCURSIVA

Neste capítulo apresentamos algumas concepções teórico-reflexivas de Michel Foucault, e que, simultaneamente, adotamos como suporte para investigar o funcionamento do discurso no *corpus* de nossa análise, por meio de ferramentas que servem de “guias” no caminho da pesquisa sobre a história do conhecimento, sobre a história do poder e sobre a história da constituição do sujeito. Suas concepções, além de inovadoras e atuais, servem como fundamentos para os estudos de diversas áreas de pesquisas que se encontram no campo investigativo do discurso.

2.1 Estudos do discurso e Foucault: teoria e metodologia

Michel Foucault desponta no cenário da Análise do Discurso, surpreendendo e polemizando o campo dos estudos linguísticos, já que ele não se ocupava em estudar a linguagem como um fenômeno social. Como filósofo, tornou-se um importante estudioso e analista do discurso da época. Foucault percorreu vários campos do saber, como o da História, Filosofia, Medicina, Psicanálise, Direito, mas em entrevista que concedeu na década de 70 (Foucault, 2006) ele não se apresentou como historiador, nem como filósofo, mas como um “pirotécnico”, como alguém que procura brechas no arenoso campo das práticas políticas com a intenção de causar implosão em tudo àquilo que se coloca como verdade.

Dono de uma vasta obra com ampla abordagem sobre o papel social dos sujeitos e da relação de saber e poder, Foucault(1995) esclareceu que ao longo dos seus estudos, seu principal objetivo “não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise,” sua intenção ao investigar a função do discurso “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tomaram-se sujeitos”, atravessados por discursos que definem suas práticas, ainda que o poder, em boa parte dos seus estudos, fosse o fenômeno utilizado para empreender suas análises. O poder como meio para compreender a emergência do sujeito.

Podemos afirmar que a história é o sítio arqueológico onde Foucault escava substratos históricos sobre os principais elementos que servem de temas para seus estudos sobre o saber-poder-sujeito.

Ele propõe questionamentos que giram em torno da história do saber, isto é, que saber pode ser considerado na formação do conhecimento, por qual razão há saberes que se tornam mais importantes que outros, no que está fundamentada a consagração de um saber em

detrimento de outro, por que consideramos apenas alguns conhecimentos e negamos (negligenciamos ou ignoramos) a existência de outros.

O ponto para esses questionamentos está no fato de que, segundo Foucault (1996), diferentemente da verdade que nos é apresentada, esta pode se apresentar diferente daquela que nos foi apresentada pela história documentada. Quanto a isso, ele destaca que

[...] a verdade a mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ela fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência. (FOUCAULT, 1996, p.13)

Em sua fala, este importante filósofo destaca que no contexto moderno, a concepção de verdade não se limita somente aos fatos narrados em documentos editados, mas que a verdade consistia também, na realidade dos fatos, dos acontecimentos que nem sempre eram divulgados. Desse modo, ele afirma que a verdade mantém uma estreita relação com a realidade, o que leva a sociedade a pensar sobre sua condição real de existência e posição na sociedade.

Foucault (1984) indaga: “De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” Em resposta a essa indagação ele afirma: “Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.” (FOUCAULT, 1984, p. 13)

O senso filosófico de Foucault o levou a refletir sobre as questões da história do saber. Alguns estudiosos afirmam que os caminhos pelos quais Foucault percorreu são constituídos por três processos: arqueologia do saber, genealogia do poder, genealogia da ética. Vale lembrar que essa divisão é mais um recurso didático para compreender sua vasta obra, do que como uma cisão nítida entre seus textos e os momentos em que foram escritos, tendo em vista que há um entrelaçamento entre eles.

Por nos interessar a questão investigativa da relação saber-poder, acreditamos que a arqueologia do saber e a genealogia do poder são essenciais para analisarmos o nosso objeto de estudo, uma vez que essas duas formas de investigação resultarão na arqueogenealogia, que justamente alicerça as bases de nossa análise.

No início de seu trabalho como pesquisador e investigador do discurso, logo em suas primeiras declarações, Michel Foucault não se mostrava preocupado em seguir os métodos de análise que já existiam, uma vez que esses métodos não serviam para sanar suas inquietações

em busca da compreensão sobre a formação e o funcionamento do discurso. Ele não se limitou em determinar um método para analisar os temas explorados em seus estudos. Ele nos diz:

Não tenho um método que se aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método [...]. Eu tateio, fabrico como posso instrumentos que são destinados a fazer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim. [...] Procuro corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir, e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. (FOUCAULT, 1980, p. 229).

Sobre seus instrumentos, isto é, sobre suas concepções metodológicas referentes à investigação do conhecimento, Foucault percorreu caminhos inexplorados até aquele momento para a realização de sua tarefa na área da pesquisa científica. No entanto, ele afirma que “tais são as tarefas ou, antes, alguns dos temas que regem o trabalho que gostaria de realizar aqui nos próximos anos. Podem-se perceber, de imediato, certas exigências de método que implicam.” (FOUCAULT, 1996, p. 51). A exigência de ter um método não é garantia de acesso à verdade e à realidade, é só um caminho a ser percorrido em busca de respostas.

Segundo Veiga Neto (2014), Foucault nunca quis ser um modelo, nem fundador de uma escola, mas quis, sim, que suas contribuições fossem tomadas como ferramentas. O termo “ferramentas” se refere aos meios, aos caminhos utilizados por Foucault para investigar suas temáticas de estudo. Veiga Neto (2014), a esse respeito, enfatiza: “[...] isso significa que, a rigor, não existe algum método foucaultiano, a menos que se tome a palavra “método” num sentido bem mais livre do que os sentidos que lhe deu o pensamento moderno, principalmente a partir de Ramus e Descartes.” (VEIGA NETO, 2014, p. 17)

É por romper com esse pensamento de “ser um modelo”, que seus estudos desestabilizam, desconstróem teorias estagnadas. Foucault é um pirotécnico, pois suas ideias explodem a ponto de promover quebra de paradigmas e exposição de fragilidades das estruturas de poder.

As técnicas adotadas por Foucault são inovadoras porque oportunizam novas possibilidades de analisar o discurso na exterioridade do dito e do escrito. Essas possibilidades permitiram entender a função discursiva de outra forma, proporcionando assim uma nova maneira de investigar o saber e entender a atuação do poder sobre os indivíduos e sobre a subjetivação dos sujeitos envolvidos no discurso.

Mesmo tendo adotado o termo método, para Foucault o que importa são os diferentes caminhos que podem ser escolhidos para investigar as questões que envolvem o discurso.

Quanto a esses caminhos, ao invés de adotar o termo eixo ou fases para representar os meios de pesquisas elaborados por Foucault, eles são aqui denominados de concepções teórico-metodológicas. Essas concepções dialogam entre si, são interligadas, mantêm uma relação íntima na qual cada uma exerce um papel, mas juntas compõem o acervo dos estudos foucaultianos e servem de fundamentação para diversos estudos no campo da pesquisa científica.

Em sua descrição sobre a análise arqueológica (1969), Foucault nos apresenta sua concepção acerca de conceitos clássicos, como o de ciência, saber e poder. Os principais elementos constituintes da formação do discurso são as formações, as regularidades discursivas, os enunciados, dentre outros elementos. Segundo esse analista do discurso (1987), a arqueologia nasceu da necessidade de “refletir sobre a utilidade dessa análise” quanto à investigação da “escansão do discurso segundo grandes unidades que não eram as das obras, dos autores, dos livros ou dos temas”.

Foucault não intencionava desconsiderar os tipos de análises existentes em sua época, mas propor um novo tipo de análise que não se baseasse apenas na descrição da “história das ideias”. “A descrição arqueológica é precisamente o abandono da história das ideias, recusa sistemática de seus postulados e de seus procedimentos, tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram.” (FOUCAULT, 1987, p.158/159)

Em seu livro *Arqueologia do Saber* (1969), o foco de análise aponta a história dos saberes que objetivam os sujeitos ocidentais; sobre a formação de saberes tidos como científicos e que, por essa razão, alcançam *status* de verdade incidindo sobre os sujeitos e suas vidas.

Para Machado (2006), a arqueologia explora o que não é normativo e regra de verdade, não busca um ordenamento temporal de encadeamento e recorrências a partir de uma racionalidade dada. O próprio Foucault (1987) afirma que sua intenção foi formular a “especificidade de um método que não seria nem formalizador, nem interpretativo”, mas sim, um método capaz de “medir a eficácia descritiva das noções que tentou definir”. Machado (2006) ainda acrescenta que a arqueologia estabelece inter-relações conceituais no nível do saber, capaz de despertar a reflexão sobre os saberes científicos, pois em sua visão, a arqueologia é, sobretudo,

[...] um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem como saberes, neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando ao desafio impossível de realizar, nesses casos, uma recorrência histórica, como deveria fazer uma análise epistemológica. (MACHADO, 2006, p. 9)

Os outros métodos, conforme Foucault (1987), já não se mostravam eficientes na ação de “modificar realmente a velha forma de análise”, incapazes de transpor o limiar da cientificidade. Diferentemente desses métodos, a análise arqueológica surge para romper com a descrição formal da história das ideias, e se destaca por comparar a diferença entre os demais métodos e a arqueologia.

Dentre essas diferenças o autor aponta quatro importantes funções da arqueologia (FOUCAULT, 1997, p. 159/160):

- 1- Não define os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam no discurso – o discurso não é um documento;
- 2- Não procura encontrar a transição contínua dos discursos no tempo e no espaço – mas define os discursos em sua especificidade, mostrando em que sentido o jogo das regras se torna irredutíveis, é em síntese, uma análise diferenciada das modalidades de discurso;
- 3- Define tipos e regras de práticas discursivas que atravessam obras individuais;
- 4- Não procura reconstituir o que se pode ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiram o discurso. É a descrição de um discurso-objeto.

Diante desse exposto, há uma clara e evidente diferença dos objetivos da arqueologia e dos demais métodos que se limitam a repassar o que a história epistemológica documenta, pois a base da função desta é transmitir o que foi dito, documentado, focando nos saberes escritos dos homens, em suas obras, no conteúdo das ideias, com ênfase no conhecimento epistemológico, na interpretação desses documentos transmitidos como a verdade histórica. Inegavelmente, a história narra alguns fatos, que por mais verdadeira que seja essa narrativa, ela não descreve a totalidade da realidade dos acontecimentos ao longo dos tempos.

Na análise arqueológica, o objetivo principal não é buscar a verdade ou a continuidade histórica, mas compreender a constituição histórica dos discursos, particularmente no âmbito das ciências humanas na modernidade. Para Machado (2026),

[...] a arqueologia realiza uma história dos saberes de onde desaparece qualquer traço de uma história do progresso ou da razão [...] O que não significa como veremos abandonar a exigência de uma análise conceitual capaz de estabelecer discontinuidades, certamente não epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, situadas no nível dos saberes. (MACHADO, 2006, p. 9)

O funcionamento da análise arqueológica está centrado na descrição e definição dos elementos que constituem o discurso, a saber, o conjunto de normas e regras que estabelecem a sua formação, organização e funcionamento.

A Arqueologia do Saber (1969) é o nicho que abriga esse conjunto de normas e regras. É nessa obra que Michel Foucault nos apresenta esses elementos como suporte para analisar a história dos discursos sem recorrer a noções tradicionais da ciência ou ideologia.

São essas regras e práticas que, segundo a análise arqueológica, possibilitam a formação e organização do saber, pois esta análise se diferencia dos demais métodos por não se mostrar interessada em investigar verdades acadêmicas, científicas contidas na linearidade histórica, mas se mostra interessada em examinar as descontinuidades, rupturas e transformações que moldam o conhecimento.

Em sua obra História da loucura (1961), fruto de seu trabalho arqueológico, este autor pirotécnico nos apresenta os resultados de sua escavação investigativa, tendo como sítio arqueológico os saberes sobre a loucura. A questão que motiva a sua busca sobre esse tema foi saber em que momento “A denúncia da loucura torna-se a forma geral da crítica” (1972), a partir do instante que deixa de ser um desvio social, e é sentenciada pela medicina como uma doença mental.

Daí ele passeia pelo vasto sítio escavando os períodos históricos sobre a forma como a loucura era vista e compreendida: “os temas literários, filosóficos e morais da loucura são de tipo bem diferente”. “A Idade Média tinha atribuído um lugar à loucura na hierarquia dos vícios,” e assim, ela continua sendo vista de várias formas em diferentes lugares e épocas:

A partir do século XIII, é comum vê-la figurar entre os maus soldados da Psicomaquia. Em Paris como em Amiens, ela participa das más tropas e dessas doze dualidades que dividem entre si a soberania da alma humana: Fé e Idolatria, Esperança e Desespero, Caridade e Avareza, Castidade e Luxúria, Prudência e Loucura, Paciência e Cólera, Suavidade e Dureza, Concórdia e Discórdia, Obediência e Rebelião, Perseverança e Inconstância. Na Renascença, a Loucura abandona esse lugar modesto, passando a ocupar o primeiro posto. Enquanto em Hugues de Saint-Victor a árvore genealógica dos Vícios, a do Velho Adão, tinha por raiz o orgulho, a Loucura, agora, conduz o coro alegre de todas as fraquezas humanas. (FOUCAULT, 1972, p. 27 e 28).

[...]

Esse mundo do começo do século XVII é estranhamente hospitaleiro para com a loucura. Ela ali está presente, no coração das coisas e dos homens, signo irônico que embaralha as referências do verdadeiro e do quimérico, mal guardando a lembrança das grandes ameaças trágicas — vida mais perturbada que inquietante agitação irrisória na sociedade, mobilidade da razão.

Mas novas exigências estão surgindo:

A loucura, cujas vozes a Renascença acabam de libertar, cuja violência, porém ela já dominou, vai ser reduzida ao silêncio pela era clássica através de um estranho golpe de força. (*idem*, p.50)

Foucault nos apresenta a evolução dos *status* da loucura ao longo dos séculos XVII e XVIII, quando ocorre a fundação de instituições de confinamento, onde os loucos são isolados da sociedade. O que antes era entendido como uma manifestação da condição humana, uma expressão no campo artístico e literário, começa a ser tratado com mais disciplina, chegando até mesmo ao confinamento dos “loucos”.

Considerando todo esse contexto, fica evidente que Foucault descreve como seu objeto de pesquisa, a loucura, da Era Renascentista até a Era Clássica, sofreu mudanças conceituais durante esse período da história, passando de uma ação expressiva para uma problemática social. Esse último estágio é concebido por meio de um saber disciplinador, executado pela instituição hospitalar, que vê a loucura a partir desse momento como uma situação que ameaça a segurança da sociedade e que, portanto, deve ser silenciada, encaminhada para a instituição de confinamento a fim de manter a ordem social.

Foucault percebe que os saberes oficiais se tornam também uma forte condição para o exercício do poder. Sua análise arqueológica investiga como surgem as “verdades” que talham o conhecimento e dão vazão ao poder. A arqueologia mantém seu foco nas regras que governam a produção e circulação do saber; não há nela uma busca por uma "verdade" essencial ou uma evolução linear. A arqueologia parte da premissa de que os discursos são construções históricas. Foucault adota ainda uma nova ferramenta de investigação: a genealogia do poder.

Como um exímio pesquisador, crítico e analista do discurso, Foucault sempre tentou apresentar propostas que despertassem a discussão sobre a formação e a funcionalidade do discurso ao longo dos tempos. Além de se mostrar interessado pelos estudos da medicina e da psiquiatria, Foucault foi fortemente influenciado pelas leituras de Gilles Deleuze, de quem era amigo, de Friedrich Nietzsche, Karl Marx e Sigmund Freud. Dentre as obras destes renomados filósofos, *A Genealogia da moral* (1887), de Nietzsche, foi a que de certa forma inspirou Foucault a formular uma nova instrumentalização de investigação: a genealogia do poder.

Em *A Genealogia da Moral* (1887), Nietzsche aborda sua visão acerca da origem e da imutabilidade da dicotomia formada pelo Bem e o Mal, afirmando que essa dicotomia foi criada e sua existência evoluiu, conseqüentemente, como fruto das relações de poder existentes. Foucault não adota o mesmo objeto para sua investigação, mas se apossa da ideia de que são as relações de poder que determinam as práticas sociais, que criam instituições e estabelecem saberes. Foucault substitui o objeto da análise de Nietzsche, que era a moral, e foca nas estruturas e mecanismos de poder que moldam os corpos, as subjetividades e os comportamentos.

Ele adota a análise genealógica como instrumento de investigação para examinar de que forma o poder alicerça a produção de conhecimento, a formação de instituições e a construção da subjetividade.

Em *Vigiar e Punir* (1975), ele mostra de que forma a análise genealógica se apresenta nesta obra, pontuando que seu objetivo é analisar

[...] uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade. (FOUCAULT, 1987, p. 25)

Ele nos apresenta um estudo das articulações entre os saberes e poderes, dando ênfase às formas de exercício do poder, discorrendo sobre os mecanismos ocultos e complexos através dos quais o poder opera, desestabilizando visões tradicionais e mostrando como os discursos e práticas se enredam com o poder para construir saberes, subjetividades e formas de dominação ao longo do tempo.

Ele emprega o termo “Onipresença do poder” para explicar de que forma esse exercício do poder está presente no cotidiano da sociedade:

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas modalidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 1987, p. 89)

Ao discutir a “Onipresença do poder”, Foucault expõe a função da análise genealógica como um instrumento que possibilita investigar as condições históricas de possibilidade dos discursos, identificando as regras e normas que estruturam a produção do saber em diferentes períodos da história, não com base nos ditos da ciência e nem da ideologia, mas ele se dispõe a analisar como os discursos emergem, se organizam e se transformam ao longo do tempo, enfatizando as discontinuidades e as relações de poder sobre o conhecimento e as práticas sociais. Ele esclarece o trato da genealogia no campo da investigação:

Trata-se de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos,

desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretendia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. As genealogias não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata. As genealogias são, muito exatamente, anticiência. Não que elas reivindiquem o direito lírico à ignorância e ao não saber, não que se trate da recusa de saber ou de pôr em jogo, do pôr em destaque os prestígios de uma experiência imediata, ainda não captada pelo saber. Não é disso que se trata. Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição, sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (FOUCAULT, 2010, p. 9-11)

Conforme o exposto acima, verificamos que a genealogia não se preocupa em anular ou desmerecer o saber científico tradicional, mas abre caminho para a verificação de

como outros saberes, em decorrência do saber científico, perderam espaço, ou seja, foram marginalizados, desqualificados, apagados pelo discurso oficial. A genealogia é uma prática crítica que questiona as forças que estruturam o saber e o poder na sociedade moderna. Na visão analítica de Foucault, o exercício do poder não deve ser visto somente como uma prática repressiva, mas também deve ser analisada como uma técnica que visa gerar produtividade e que afeta o corpo. O poder também possui uma positividade. O comportamento e ações dos indivíduos são geridos, criando-se subjetividades. Foucault defende que se o estudo for feito somente das formas sociais gerais, há “o risco de colocar como princípio da suavização punitiva processos de individualização que são antes efeitos das novas táticas de poder e entre elas dos novos mecanismos penais” (Foucault, 1987, p. 27). Ele propõe que em Vigiar e punir o estudo se realize segundo quatro regras gerais:

- 1) Não centrar o estudo dos mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos “repressivos”, só em seu aspecto de “sanção”, mas recolocá-los na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir, mesmo se à primeira vista são marginais. Consequentemente, tomar a punição como uma função social complexa.
 - 2) Analisar os métodos punitivos não como simples consequências de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais; mas como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. Adotar em relação aos castigos a perspectiva da tática política.
 - 3) [...] colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem.
 - 4) Verificar se esta entrada da alma no palco da justiça penal, e com ela a inserção na prática judiciária de todo um saber “científico”, não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder.
- Em suma, tentar estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto. (FOUCAULT, 1987, p.27)

Em resumo, seria dizer propor um estudo da metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo na qual se pudesse ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto.

Essa modalização e controle são resultados de uma mudança estratégica da ação punitiva, na qual o fim é produzir uma sociedade controlada, como também um controle de tudo que rege a qualidade da vida da população. Pensando assim, os sistemas punitivos, enquanto fenômenos sociais, “não podem ser explicados unicamente pela armadura jurídica da sociedade nem por suas opções éticas fundamentais;”, é preciso também

recolocá-los em seu campo de funcionamento onde a sanção dos crimes não é o único elemento; mostrar que as medidas punitivas não são simplesmente mecanismos “negativos” que permitem reprimir, impedir, excluir, suprimir; mas que elas estão ligadas a toda uma série de efeitos positivos e úteis que elas têm por encargo sustentar (e nesse sentido, se os castigos legais são feitos para sancionar as infrações, pode-se dizer que a definição das infrações e sua repressão são feitas em compensação para manter os mecanismos punitivos e suas funções). (FOUCAULT, 1987, p. 27).

Ao correlacionarmos o exercício do poder disciplinar com a construção da subjetividade, entendemos que essa prática produz no sujeito o senso de dependência, proteção e provisão, ou seja, educa-o e o encaminha para obedecer e aceitar uma norma, uma regra de “verdade” que serve para orientar seu comportamento e suas ações, beneficiá-lo nas instâncias econômica e social de uma determinada sociedade, pois conforme este filósofo, "as relações de poder operam sobre ele de modo imediato; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, submetem-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais" (FOUCAULT, 1987, p. 28).

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. (FOUCAULT, 1987, p. 195.).

A disciplina, ainda que tenha seja exercida coercitivamente, também organiza, otimiza e potencializa as forças individuais dentro de um sistema. A constituição do indivíduo como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado). (Foucault, 1987, p. 195).

Em seus estudos, Foucault (1987) ressalta que durante a era clássica, o corpo foi objeto e alvo de poder. Corpo, em Foucault, é objeto de controle social; sobre ele recaem as práticas de poder. Em História da Sexualidade, ele discute a sexualidade se apresentou de diferentes maneiras.

Esse tema sempre foi um assunto polêmico, e ainda que as discussões e as manifestações em defesa de um diálogo mais aberto e mais inclusivo tenham acontecido, a repressão e o controle dos corpos até os dias atuais são frutos dos discursos que moldaram o comportamento e a subjetividade dos indivíduos. Um exemplo desse fato:

[...] na Antiguidade, a vontade de ser um sujeito moral, a busca de uma ética da existência eram principalmente um esforço para afirmar a sua liberdade e para dar a sua própria vida uma certa forma na qual era possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade podia encontrar um exemplo. [...] Da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras (FOUCAULT, 2006, p. 289,290).

Considerando a palavra moral como um conjunto de normas, princípios e regras, um conjunto de ações impostas por sistemas institucionais, operacionais, pode-se aplicar essa

palavra também como o meio que ensina como os indivíduos devem se comportar e agir, como estes devem ser conduzidos como corpos submissos, obedientes.

Foucault analisa a formação dos saberes, em especial acerca das ciências empíricas dos séculos XVII e XVIII. Ele realiza uma escavação do sítio histórico, buscando em documentos conhecimentos que consagraram certos saberes, tentando compreender, nas diferentes formas de produção, como um saber se manifesta. Para isso, ele propõe, como instrumento de análise, a arqueologia para compreender quais eram os pilares que sustentavam os fatores políticos e sociais que teriam feito com que determinados saberes da história do conhecimento se tornassem consagrados e outros desconhecidos. Ao formular o conceito mais amplo da arqueologia, Foucault destaca que este está pautado em um conjunto de elementos utilizados para descobrir e descrever as regras que legitimam os discursos, promovendo a compreensão do sentido em relação ao objeto. Para Foucault, a arqueologia é uma tendência

[...] que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutível à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1987, p. 56).

A figura simbólica do arqueólogo é similar ao trabalho de pesquisar, “escavar” a história do conhecimento e assim explicar por que determinadas formas de conhecimento se tornaram desconhecidas e outras se tornaram soberanas. Tomando a arqueologia como um método que se apoia na análise de documentos, esta procura descrever a lógica e as condições dos discursos. Foucault (2008) não vê o documento apenas como registro de um fato passado, mas como monumento – ou seja, como vestígio de práticas discursivas, que revela regras, condições de existência e modos de circulação dos discursos. Assim, a arqueologia não busca “o que aconteceu de fato”, mas como certos discursos foram possíveis, quais regularidades e rupturas atravessam os enunciados e como eles se organizam nos arquivos.

Nessa tendência teórica o indivíduo se transforma em um sujeito que é constituído pela linguagem, atravessado pela descontinuidade histórica e pela produção de verdades. Desse modo, para compreender o papel das representações do sujeito é preciso ter como fonte de investigação a história do conhecimento, do saber.

Com o andamento de suas pesquisas arqueológicas, Foucault, por meio de suas escavações em busca da “verdade” presente nos discursos históricos, entende que a construção do conhecimento não era um processo natural, mas sim um efeito de uma ação dominante, que tinha uma amplitude muito maior – o poder.

Ao se identificar com o pensamento do filósofo de Friedrich Nietzsche, Foucault formula um novo instrumento de investigação – a genealogia do saber, processo pelo qual o autor propõe uma nova maneira de analisar questões relacionadas ao poder. Por meio dessa análise ele explica como os poderes patenteiam saberes que se tornam aceitáveis pela sociedade como um todo, enquanto outros são totalmente descartados. Com essa técnica investigativa, Foucault conclui que nem todos os saberes estão limitados à academia científica, e que estes sofrem deslocamentos ou os múltiplos deslocamentos entre o passado e o presente.

A genealogia analisa a dimensão externa do poder, ou seja, como este funciona na coerção, na transformação do sujeito, como essa coerção convence o sujeito a acreditar que o enquadramento de normas, de uma força dominante, está agindo de forma benéfica para si. Para isso, ele indaga: que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade? Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos? (FOUCAULT, 1987, p. 179).

A genealogia investiga a história das condições políticas de possibilidade do discurso. Uma vez que não existe discurso sem manifestação de um saber, essa concepção metodológica se ocupa em estabelecer a relação do saber com o poder, pois para Foucault “poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1987, p.31).

O próprio Foucault faz uma síntese do trabalho dessas duas concepções metodológicas: “Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (FOUCAULT, 1979, p. 97).

Foucault formula, ainda, conceitos sobre a ética do sujeito, do cuidado de si, na qual ele a apresenta como um conjunto de práticas referentes à busca do conhecimento de si, a um autoexame, sobre a reflexão com a conformação com a transformação imposta por normas e aceita como verdade.

É a partir dessas concepções teóricas que Foucault inova a forma de pesquisar e analisar o discurso, pois seus estudos despertam o senso crítico-reflexivo sobre a relação saber, poder e sujeito.

Foucault não formulou reflexões específicas sobre a tendência arqueogenealógica. Mas considerando o exposto sobre a função da arqueologia e da genealogia, podemos dizer que a arqueogenealogia é o melhor método a ser adotado na investigação da análise do nosso *corpus*. Esta terminologia aparece pela primeira vez em 1993, apresentada pelo pesquisador Antônio

Fernando Cascais, que tinha como objetivo especificar os deslocamentos metodológicos propostos por Foucault depois de suas considerações sobre a arqueologia. Acreditamos que pela interligação entre a arqueologia e a genealogia, esse pesquisador percebeu que estas mantêm um contínuo diálogo sobre os três elementos da base do discurso: o saber, o poder e o sujeito.

A arqueogenealogia mantém a estrutura do método arqueológico, preocupado em assinalar regularidades e rupturas do discurso numa história descontínua, comprometida com a problematização da verdade. No entanto, incorpora conceitos foucaultianos que ampliam a análise, passando de uma arqueologia do saber para uma arqueogenealogia do saber-poder. Assim, as práticas discursivas deixam de ser observadas apenas em sua materialidade enunciativa e passam a ser compreendidas como estratégias de governamentalidade. A ordem do discurso é entendida também como processo de normalização, dispositivo de poder-saber e política de subjetivação que atravessa corpos e os modos de vida.

Podemos pensar a arqueogenealogia como um movimento de torção metodológica: o método arqueológico é reorientado e expandido, mantendo atenção às regularidades e rupturas dos discursos, mas ao mesmo tempo voltando-se à análise das relações de poder e da constituição do sujeito, imprimindo uma nova curvatura na forma de compreender saber e subjetividade.

Segundo Cascais (1993, p. 78), a arqueogenealogia é o método que Foucault utiliza “[...] para analisar o que designa como o ‘sujeito’, indaga as formas e as modalidades da relação a si pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito”. Essa abordagem, especialmente nos últimos volumes da *História da Sexualidade*, concentra-se nas práticas de si e nas formas como os indivíduos se reconhecem como sujeitos dentro de redes discursivas e relações de poder.

A arqueogenealogia não é apenas a junção da arqueologia e da genealogia, mas uma ferramenta teórico-metodológica que compreende a subjetividade como construção histórica, contingente e atravessada por discursos e relações de poder. De forma comparativa, a arqueologia identifica regras e rupturas que estruturam os discursos, a genealogia focaliza práticas de poder e efeitos sobre os sujeitos, e a arqueogenealogia integra essas dimensões, examinando como discursos e relações de poder configuram historicamente a constituição do sujeito.

A partir dessa compreensão, entendemos que a perspectiva arqueogenealógica nos auxilia melhor em nosso caminho da análise da relação poder-saber-sujeito, proporcionando a compreensão sobre a forma como o sujeito é inserido no discurso do *jingle* publicitário oficial do governo Flávio Dino em seu segundo mandato, conforme a relação saber-poder que se instala

ao longo da história do governo maranhense.

Pela arqueogenealogia, é possível compreender o discurso como promovedor dos processos de normalização e dispositivos de poder e saber, pois as práticas discursivas são estratégias de governamentalidade, e neste caso, as políticas que envolvem a ética ganham centralidade nas análises dos enunciados.

Na obra *A Ordem do Discurso*, fruto da Aula Inaugural ministrada no Collège de France, em dezembro de 1970, Foucault propõe uma discussão sobre como o discurso é controlado e limitado em uma sociedade, por meio de mecanismos de exclusão e procedimentos de controle.

Nessa aula, Foucault apresenta sua visão sobre o exercício do discurso na relação saber-poder, não afirmando que sua visão é a “verdade”, mas trazendo à tona sua suposição sobre o exercício do controle pelo poder na sociedade.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p.8,9)

A arqueogenealogia tem como alicerce analítico dois processos descritivos fundamentais, denominados por Foucault de descrições críticas e descrições genealógicas.

Assim, as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. [...] A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. (FOUCAULT, 1996, p. 69,70)

Segundo Foucault, a descrição crítica procura investigar os procedimentos (discursivos e não discursivos) que controlam o que se pode e se deve dizer em certo momento histórico. E a descrição genealógica se ocupa em esquadrihar a formação efetiva dos discursos, que é, ao mesmo tempo, dispersa, descontínua e regular em suas relações com os saberes e os poderes.

Essas descrições se complementam e evidenciam a forma como o discurso continua sendo a base do estudo foucaultiano no que se refere ao saber-poder na formação das subjetividades. Nesse sentido, a arqueogenealogia é o conjunto das descrições críticas e genealógicas a fim de atestar a força que ainda é atribuída às práticas discursivas e não discursivas na sociedade moderna.

A arqueogenealogia nos proporciona examinar de forma mais incisiva a dimensão do discurso, nas esferas históricas, discursivas, de poder, institucionais, do sujeito, da verdade, revelando o seu processo de formação, a atuação das práticas discursivas, a sua disseminação e ao mesmo tempo a contestação das “verdades” que ele enuncia.

Todo o processo de análise precisa de um aparato de elementos que podem ser usados para o exame de um dado objeto. Assim, na análise arqueogenealógica esse aparato é constituído de elementos discursivos que servem para examinar como ocorre a formação e a circulação do discurso. Para entender como esses elementos funcionam, é preciso primeiramente conhecê-los, para identificá-los na estrutura material do discurso, ou seja, como dados concretos que nos permitem fundamentar nossas conclusões comparando-as com as de Michel Foucault.

Dentre esses elementos estão as noções de discurso e práticas discursivas, sujeito e subjetividade, formação discursiva, enunciado e arquivo, todos inseridos na relação saber-poder. Tendo em vista que a análise arqueológica tem como função primária examinar a dimensão da significação do discurso, nas esferas históricas, discursivas, de poder, institucionais, do sujeito, revelando o seu processo de formação, a atuação das práticas discursivas, a sua disseminação e ao mesmo tempo a contestação das “verdades” que ele enuncia, antes de qualquer exame do corpo é preciso reconhecer esses elementos como identificadores de formação e circulação do discurso.

Em 1966, com a publicação da obra *As Palavras e as Coisas* (1999), Michel Foucault questiona o que torna este ou aquele discurso possível. Sua análise em torno do discurso é saber o que o torna um agente da verdade, enquanto outros discursos são descartados.

O discurso não é mais somente uma forma de transmitir uma mensagem ou um ideal pessoal. O cerne da questão levantada por Foucault está na sua inquietação quanto à função que o discurso tinha até aquele momento, em que sua tarefa era “dizer o que é”, mas não seria “nada mais do que o que ele diz” (FOUCAULT, 1999, p. 59). É diante dessa inquietação sobre a função do discurso que Foucault, na obra *A Ordem do Discurso* (1970) nos dá uma nova versão do conceito de discurso: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Seu interesse não é analisar a origem do discurso. Nessa obra, Foucault propõe falar sobre o processo de organização e manifestação de um discurso, e conseqüentemente, quais são os resultados desse processo.

Ao adotarmos o método arqueogenealógico para analisar de que forma a descrição do discurso favorece as condições de possibilidades e de relevância de um discurso em detrimento de outros, tentamos explicar que quem domina um discurso, domina também os mecanismos de poder e do saber, e vice-versa. É a partir desse ponto que o discurso surge com outro conceito, isto é, como uma forma de resistência e de luta contra os discursos legitimados em determinada sociedade.

Quanto a isso, a abordagem do autor busca sanar sua inquietação sobre o “que é o discurso em uma realidade material de coisa pronunciada, uma escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence”; (FOUCAULT, 1966, p. 8). Foucault não busca definir a literalidade do termo discurso, mas em como ele funciona e quais são suas articulações para se tornar legitimado, efetivo:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9)

Esses procedimentos balizam o mecanismo de organização, apresentam a ordem de um conjunto de ideias pré-existentes a essa organização. Em *A Ordem do Discurso* (1970), Foucault pontua os principais procedimentos pelos quais essa organização do discurso acontece. Ele os classifica como procedimentos externos e procedimentos internos. Dentre os procedimentos externos está a exclusão. Explica que esse procedimento ocorre por meio da (1) interdição, da (2) separação/rejeição, e da (3) oposição do que é verdadeiro ou falso. A interdição é um tabu, determinado por um conjunto de ideias criadas sobre o que pode ser ou não dito. Sucintamente, apresentamos a explicação sobre como esses procedimentos acontecem.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, 1996, p. 9)

Quanto ao ato de interdição do discurso, podemos dizer que se trata da delimitação dos assuntos que podem ser discutidos, considerando as circunstâncias e o local de fala, ou seja, o foco é o que se pode falar. Foucault destaca que há três campos sociais onde a interdição acontece: no campo da sexualidade, da política, da religião, nas suas ligações com o desejo e com o poder. Dessa forma, fica evidente que “por mais que o discurso seja aparentemente bem

pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder.” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

O procedimento de separação/rejeição determina quem pode falar. Nesse procedimento quem pode falar é quem tem a autoridade discursiva, isto é, quem detém o saber em determinadas áreas do conhecimento científico. Em *História da Loucura* (1978), vemos um claro exemplo desse procedimento. Essa obra apresenta um estudo no qual Foucault utiliza a arqueologia para analisar de que forma o conceito de loucura se manifesta no campo das práticas discursivas e institucionais. Ou seja, não se trata de “um pensamento” ou “uma teoria” sobre a loucura, mas das formas como ela foi nomeada, tratada e controlada historicamente (hospitais, discursos médicos, jurídicos, etc.), dentre outros cenários na história ocidental. Nesses âmbitos do conhecimento científico e humano, a loucura não possui voz porque está no campo da falta de sentido, do ilógico, ou seja, ao louco é negado o direito de fala. A loucura ocupa uma posição excludente.

A Loucura também tem seus jogos acadêmicos: ela é objeto de discursos, ela mesma sustenta discursos sobre si mesma; é denunciada, ela se defende, reivindica para si mesma o estar mais próxima da felicidade e da verdade que a razão, de estar mais próxima da razão que a própria razão. (FOUCAULT, 1978, p. 19)

A oposição entre o que é verdadeiro ou falso provém do pensamento foucaultiano sobre a vontade de saber. Quanto a isso, ele nos diz:

Talvez seja arriscado considerar a oposição do verdadeiro e do falso como um terceiro sistema de exclusão, ao lado daqueles de que acabo de falar. Como se poderia razoavelmente comparar a força da verdade com separações como aquelas, separações que, de saída, são arbitrárias, ou que, ao menos, se organizam em tomo de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência. (FOUCAULT, 1996, p.13-14)

Esse procedimento se fundamenta na organização do discurso com base no que sabemos, considerado como verdadeiro, em oposição ao que não sabemos, o que é tido como o que é falso. Dessa forma, “o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder” (FOUCAULT, 1996, p.15), mas sim ligado a uma vontade de saber.

Dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi do terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, “os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; é que, cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável”. (FOUCAULT, 1996, p. 19).

Devido a essa separação, os discursos começam a ser válidos e ganham espaço na sociedade e começam a funcionar determinando o que é verdade ou não. Assim, por meio da validação desses discursos, criam-se conceitos, que por sua vez, produziram efeitos de poder nas esferas sociológicas e antropológicas, isto é, conceitos sobre o mundo e sobre a visão do homem sobre si mesmo nessa sociedade. Isso reflete nas ações humanas quanto à questão de aceitação e não aceitação de certas escolhas e condições humanas.

Após apresentar os procedimentos externos, Foucault apresenta os dois tipos de procedimentos internos, nos quais os discursos por si mesmos “exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso”. (FOUCAULT, 1996, p. 21). Para delimitar os procedimentos internos, Foucault destaca o primeiro procedimento:

Em primeiro lugar, o comentário. Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. (FOUCAULT, 1996, p. 21 e 22).

No comentário acima, o discurso é reconsiderado, por se entender que algumas coisas não ficaram tão esclarecidas e que necessitam de esclarecimentos maiores e melhores. Assim, veremos o discurso com uma referência aos conceitos expostos anteriormente, articulando e agregando a esse discurso novos conceitos, que resultam na formação de novos discursos criados a partir de um já legitimando na sociedade.

Dessa forma, vemos um discurso que vai repetir e reafirmar um conceito já existente, e outro discurso que vai expandir, conseqüentemente produzir um novo conceito, ampliando o que foi dito anteriormente. Isso é como “um paradoxo” em que o discurso “desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito.” Em suma, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.” (FOUCAULT, 1996, p. 25 e 26).

Como exemplo desse procedimento, Foucault (1996) diz

que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam como ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de

cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, que chamamos de "literários"; em certa medida textos científicos. (FOUCAULT, 1996, p. 22).

Esse procedimento não é um julgamento com finalidade de excluir o que foi dito, mas tomar como referência esse dito a fim de ampliar e até mesmo, considerar a possibilidade de se reformular novos conceitos a partir da existência de um discurso sobre um determinado conhecimento.

Quanto ao segundo procedimento interno está o que Foucault denomina de Autor, que ele chama de Unidade de Origem de Significações (U.O.S). Há uma linha muito tênue entre um discurso e o Autor porque podemos dizer que ambos são interligados. É o Autor quem assente o discurso e o discurso reciprocamente garante o que é dito pelo Autor. Para compreendermos melhor como isso funciona, tomamos como exemplo a seguinte fala do ex-governador do Maranhão, então Ministro da Justiça, Flávio Dino:

Como socialista, comunista, marxista, eu faço aquilo que Lênin recomendava: a análise concreta da situação concreta. Você não age idealmente. Não sou um autor metafísico, um disco voador do Maranhão, eu opero em uma determinada circunstância histórica.” (<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2024/02/28/distorce-fala-dino-falsas-declaracoes-lenin.htm>)

Neste exemplo, temos o comentário e o que é essa unidade de origem de significações, no qual o Ministro da Justiça tece um comentário com base no discurso do político e teórico russo Vladimir Ulianov, conhecido pelo pseudônimo Lênin, que é o autor da frase “A análise concreta da situação concreta é a alma viva, a essência do marxismo”. A partir do discurso de Lênin, podemos ver e compreender a diferença entre o comentário e o autor. O Ministro da Justiça amplia o discurso já existente de Lênin, explicando-o em outro contexto, e ao mesmo tempo apresentando-o como o autor desse discurso. Nesse caso, ao fundamentar sua fala com o discurso de Lênin, Dino diz proporcionar ao leitor/telespectador/ouvinte uma série de possibilidades de significações sobre o discurso de Lênin, não necessariamente sobre o indivíduo Lênin.

Assim, considerando essa ilustração, o discurso acaba limitando a individualidade do autor, estagnando-o em uma condição de imutabilidade, pois o que vale é o que foi dito por ele, sem se considerar como e nem em que circunstâncias esse discurso foi produzido. Dessa forma, Foucault indaga: "Que importa quem fala?". Portanto, é o autor quem controla e delimita o discurso, tornando-se assim o sujeito do discurso.

Foucault se ocupa em criar e organizar certos discursos em determinada época e cultura, exercendo também um papel coercitivo como qualquer outro procedimento de controle.

Foucault ainda se ocupa em esclarecer como ocorre a organização de certos conceitos em algumas disciplinas. Trata-se da organização das disciplinas cujos conhecimentos são classificados de acordo com os assuntos que se encaixam em uma determinada área de estudo. Essa organização das disciplinas se encarrega de delimitar e especificar os assuntos em comum de acordo com cada área de estudo. Um exemplo claro desse procedimento, é o que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que normatiza o ensino por áreas do conhecimento como manual de orientação para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas.

Assim ocorre também o condicionamento do funcionamento do discurso, ou seja, a sociedade do discurso, lugar de manutenção, organização e circulação do discurso. É o lugar de restrição e circulação de um discurso conforme as regras que determinam a sua regularidade existencial.

Ao se pensar na regularidade existencial do discurso, é necessário entender de que forma o discurso é (re)produzido em diferentes contextos sociais e históricos, ou seja, como a prática discursiva acontece em um dado momento específico. Ao se pensar nessa prática discursiva, é preciso entender que embora ela esteja intimamente interligada ao discurso, sua função é diferente, “pois não podemos confundi-la com a operação expressiva pelo qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a competência de um sujeito falante, quando constrói frase gramaticais” (Foucault, 1987, p. 136).

A prática discursiva é a forma como o discurso é usado nas diversas esferas sociais, ela pode ser positiva ou negativa, pode dar uma nova roupagem para o discurso, atualizando-o, despertando a resistência ou a submissão do sujeito. Para isso, a prática discursiva “respeita” sistemas históricos de produção de enunciados que estão sempre situados em contextos específicos, moldando o que pode ser dito ou não. Trata-se de “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (*idem*). Falaremos um pouco mais adiante sobre o exercício da função enunciativa ao abordamos o conceito de enunciado.

É por meio da prática discursiva que os discursos alcançam os seus objetivos no que diz respeito ao exercício do poder e da disciplina, do controle, do gerenciamento do comportamento dos sujeitos e no comando da organização social.

As noções de sujeito e subjetividade, em Foucault, são muito próximas, mas não iguais. Enquanto o sujeito é formado por relações de poder e saber, a subjetividade é a experiência interna dessa formação.

Sobre essa questão dos conceitos de sujeito e subjetividade, Foucault, em uma entrevista e ensaio, intitulado “Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica”, publicados em um livro organizado por *Dreyfus e Rabinow*, em 1995, faz uma reflexão sobre o sujeito fazendo o seguinte questionamento: “Quem somos nós?”

Sua intenção nesse questionamento é nos levar a pensar sobre a forma como os indivíduos se tornam os sujeitos e formam sua subjetividade em uma determinada sociedade. Primeiro precisamos entender como os sujeitos assumem tal posição conforme os estudos de Foucault.

Ainda nessa entrevista, Foucault nos chama a atenção para o fato de que essa posição de sujeito é resultado de práticas históricas, de regras e normas disciplinares que estão estreitamente ligadas às relações de poder e dos discursos existentes em diferentes momentos históricos. Ele destaca que “o sujeito humano é colocado em relações de poder e significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas”. (*idem*)

Para entender a nossa posição de sujeito na sociedade, é preciso descobrir “o que se compreende por legalidade no campo da ilegalidade. E para compreender o que são as relações de poder, é necessário investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações.” (Foucault, 1982).

Na busca por essa compreensão é que ocorre uma série de oposições quanto à “administração sobre o modo de vida das pessoas”. Mas ele categoricamente afirma que essas oposições não são uma “recusa cética ou relativista de toda verdade verificada. O que é questionado é o modo pelo qual o saber circula e funciona, suas relações com o poder” na construção desse sujeito. “Não é também criticar a instituição de poder ou grupo ou elite ou classe”, mas, sobretudo, confrontar “uma técnica, uma forma de poder que anula a individualidade e regulariza-a conforme o regime do saber.” É antes de tudo “uma recusa destas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico que ignora quem somos individualmente” (*idem*).

É sobre essa técnica de poder, que é dominante, que funciona também como técnicas do “eu” no processo de subjetivação, ou seja, como o sujeito se forma. Frédéric Gros, editor do curso ministrado por Foucault no Collège de France em 1982, intitulado *A hermenêutica do sujeito*, diz que

o que constitui o sujeito numa relação consigo determinada são justamente técnicas de si historicamente referenciáveis, que se compõem com técnicas de dominação, também elas historicamente datavam. De resto, o indivíduo-sujeito emerge tão-somente no cruzamento entre uma técnica de dominação e uma técnica de si. Ele é a dobra dos processos de subjetivação sobre os procedimentos de sujeição, segundo duplicações, ao sabor da história, que mais ou menos se recobrem (“Situação do Curso”, in: Foucault, 1982, p. 637).

Assim, a subjetividade surge como o efeito desse processo – aquilo que se constitui no sujeito a partir das formas históricas de subjetivação. Sob esta condição, o sujeito emerge como fruto do discurso e do poder, ou seja, o sujeito não é aquela figura apresentada pela filosofia clássica. Neste caso o sujeito é um ser historicamente construído pelas relações de poder e pela circulação dos discursos em uma determinada sociedade, trata-se então, de um sujeito que é o efeito dos mecanismos do poder: “O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros.”

Dentre os diversos autores que dialogam com Foucault sobre essa transformação do indivíduo em sujeito, Paul Veyne (1987) faz uma importante declaração sobre esse processo:

Entende-se aqui, por indivíduo, um sujeito, um ser ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Suponhamos que esse sujeito no sentido filosófico da palavra é também um sujeito político da mesma palavra; suponhamos que é o sujeito de um rei; nesse caso não obedecerá na inconsciência, como tudo indica que fazem os animais, pensará algo da sua obediência e do seu amo, e também de si mesmo como sujeito dócil ou indócil do seu rei. No sentido que aqui atribuímos à palavra, um sujeito não animal dum rebanho; é, pelo contrário, um ser que dá valor à imagem que tem de si mesmo. A preocupação com esta imagem pode levá-lo a desobedecer, revoltar-se, mas pode também, e é o que sucede mais frequentemente, levá-lo a obedecer ainda mais; entendida neste sentido, a noção de indivíduo não se opõe de modo algum à noção de Sociedade ou de Estado. Pode então dizer-se que esse indivíduo é atingido no coração pelo poder público, quando é atingido na sua imagem de si, na relação que tem consigo mesmo quando obedece ao estado ou à sociedade (VEYNE, 1987, p. 09-10).

A preocupação com a valorização de sua imagem é para o sujeito um meio de obediência ou desobediência, e no caso de optar pela obediência às regras da sociedade disciplinar, surge o processo de assujeitamento, no qual os indivíduos são submetidos ao processo de regras, normas, práticas discursivas que instruem, agora com o sujeito que deve se comportar e agir sob a regência do poder. Assim, ele transforma esses indivíduos em sujeitos adestrados, que enxergam a si mesmo e o mundo a partir da internalização e aceitação da lógica desse processo disciplinar como gerenciador de suas vidas.

Consequentemente, ao garantir a valorização de sua imagem, produz a subjetividade nesses indivíduos, que não se trata de uma condição inata e permanente, mas sim uma característica talhada por uma série de situações e circunstâncias sociais e práticas discursivas.

A subjetivação está intimamente ligada ao processo de assujeitamento, pois é nesse processo que ocorre a subordinação dos indivíduos a certos regimes de controle, regras e práticas sociais que os definem como sujeitos. O assujeitamento ocorre através de instituições como a escola, a prisão, o hospital e a família, bem como através de discursos científicos e morais que estabelecem o que é normal ou desviante e nesse meio condicionador é que o sujeito forma a sua subjetividade.

Michel Foucault se dispõe a entender como se organizam certos discursos a fim de determinar o que pode ou não ser dito e aceito como uma verdade.

Em *Arqueologia do Saber* (1978), também podemos encontrar mais uma análise crítica, em que este autor busca compreender como o discurso se estrutura e quais são os fundamentos que balizam sua organização produtiva e sua circulação na sociedade. É nesse momento que ele nos apresenta um novo elemento que nos ajuda a entender de que forma isso ocorre.

Nessa obra, Foucault discute o conceito de um elemento fundamental para o entendimento de como esses procedimentos acontecem: as formações discursivas. Para ele, as formações discursivas são parte essencial de sua análise sobre o poder e o conhecimento. As formações discursivas são sistemas complexos de práticas discursivas que regulam o que pode ser dito, pensado e conhecido em uma determinada época e contexto histórico. Elas não se limitam apenas à linguagem escrita ou falada, mas englobam também outras práticas discursivas, como instituições, rituais, mídia e arte.

As formações discursivas são caracterizadas por regras de exclusão e inclusão, que determinam quais discursos são considerados válidos e legítimos e quais são marginalizados ou silenciados. Elas operam como dispositivos³ de poder que moldam as identidades, os valores e as práticas sociais de uma época específica.

Além disso, as formações discursivas estão intrinsecamente ligadas ao poder, uma vez que são produzidas e mantidas por relações de poder específicas que operam em um determinado contexto histórico. Elas não apenas refletem as relações de poder existentes, mas também as reproduzem e as reforçam.

³ Como ferramenta analítica, o conceito de dispositivo é desenvolvido por Foucault em sua obra *História da sexualidade*, especialmente em *A vontade de saber*. Porém, é na entrevista que presta à *International Psychoanalytical Association* (IPA) que o autor explicita esse conceito como um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Foucault ainda enfatiza que as formações discursivas não são estáticas ou fixas, mas sim, fluidas e em constante transformação. Elas estão sujeitas a rupturas e descontinuidades que podem ocorrer como resultado de mudanças sociais, políticas e culturais. Portanto, a análise das formações discursivas é essencial para compreender as dinâmicas do poder e do conhecimento em uma sociedade em constante evolução.

As formações discursivas são prescritas com base nas regularidades, como a ordem, a correlação, o funcionamento e a transformação, orientadas por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento. Entendemos com Foucault a seguinte informação:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva-evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas. As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 1987, p. 43).

Em outras palavras, formações discursivas podem ser entendidas como modos próprios de se dizer, nos quais os discursos são agrupados a fim de permitir a inscrição e a materialidade de certos enunciados históricos ou culturais em uma ou outra formação discursiva, ou seja, o modo de dizer varia, mas o mesmo enunciado dito em uma determinada formação discursiva (teoria, conceitos...) pode significar coisas diferentes, porque o posicionamento também é diferente. Nesse sentido, o discurso torna visível certas verdades, normas ou relações de poder, mostrando o que é considerado possível, aceitável ou verdadeiro em um contexto histórico. Segundo Foucault (1987, p.135), “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. Nesse sentido, o discurso é um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva, uma vez que:

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. (FOUCAULT, 1987, p. 135)

Um resumo geral facilita a nossa compreensão sobre o papel das formações discursivas, que gira em torno das regras de formação, que dizem respeito a quatro importantes situações: (1) o que pode ou não ser dito; (2) quem tem o direito ou a autoridade de falar; (3) quais temas são legítimos ou relevantes dentro de um campo específico; (4) quais objetos, conceitos e categorias fazem parte desse discurso. Isso fica ainda mais compreensível quando Foucault ressalta o princípio das formações discursivas:

É o princípio da dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados (no sentido que dei à palavra), o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoiam em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico. (FOUCAULT, 1987, p. 124)

As formações discursivas definem as condições de possibilidade do saber e da verdade em um dado momento, funcionando como uma produtora de verdades a partir do momento que naturaliza alguns conhecimentos e práticas discursivas como “verdade”, e descarta outros, anulando a sua veracidade em determinados campos da ciência, evidenciando que os discursos atuam organizadamente dentro dos sistemas do saber ou de disciplinas, onde cada um tem sua própria formação discursiva, com seus critérios internos de verdade, seus métodos e seus próprios modos de subjetivação.

E por fim, “a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva”. Sendo os enunciados frutos de uma formação discursiva, ela “não é uma condição de possibilidades para os enunciados, mas uma lei de existência” (Foucault, 1987, p. 135).

Em *A Arqueologia do Saber*, você discute o enunciado e o arquivo. Ele começa nos dizendo que sua intenção é verificar, “retomar em sua raiz a definição de enunciado e ver se ela é efetivamente empregada nas descrições anteriores, ver se é mesmo do enunciado que se trata na análise das formações discursivas” (Foucault, 1987, p. 90).

Enunciado, longe de ser apenas um comando textual, linguístico, para Foucault é uma unidade fundamental do discurso, não é uma unidade da comunicação verbal ou ato de fala, mas sim uma unidade mínima do discurso, uma função que atribui existência a um conjunto de significados dentro de um campo discursivo, que possui condições específicas de existência e de sentido, dependendo de uma formação discursiva. Foucault (1987) amplia essa informação ao dizer que:

O enunciado não é uma unidade da língua (nem do nível inferior que é a frase, nem do nível superior que é o discurso); ele é, sim, uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis, e que coloca em jogo regras de aparecimento e de coexistência, de manutenção, de modificação e de reativação (FOUCAULT, 1987, p. 126).

Foucault ressalta que o enunciado se relaciona com uma série de outros enunciados que se repetem e se ressignificam em um dado momento, adquirindo uma função enunciativa dentro de um determinado campo discursivo, e produz efeitos de verdade, poder e conhecimento. O enunciado “faz com que apareçam, conteúdos concretos no tempo e no espaço”, isto significa que é por meio do enunciado que determinados discursos se tornam válidos ou não; ele é, sobretudo, uma função existencial do discurso:

[...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 1987, p. 99).

O enunciado tem papel revelador na articulação entre o poder e o saber, em como as verdades são construídas, disseminadas e aceitas, e como os sujeitos e objetos do conhecimento são constituídos historicamente. “Todo enunciado é portador de uma certa regularidade e não pode dela ser dissociado” (Foucault, 1987, 165).

O enunciado precisa estar sujeito a uma condição que lhe conceda caráter existencial e material, sempre considerando o contexto e o sujeito sobre os quais o farão surtir os efeitos de poder e conhecimento. Foucault (1987, p. 103) ressalta que o enunciado tem uma referência que o antecede, obedece a “leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram afirmadas ou negadas”:

A existência de um enunciado supõe um campo associado, um referencial, uma posição sujeita, um conjunto de materialidades. Assim, dizer que um enunciado é um acontecimento, não quer dizer que ele seja um ato, limitado ao instante, nem que ele possa ser reduzido a seu aparecimento momentâneo; quer dizer que, para surgir, ele deve estar, antes de mais nada, nas condições que lhe permitem ser dito. (FOUCAULT, 1987, p. 138)

Quanto a esse referencial, o autor explica que:

O referencial do enunciado forma o lugar, o campo, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados, de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado: define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (FOUCAULT, 1987, p. 104)

Se o enunciado é entendido como uma unidade do discurso, se ele não existe de forma isolada, se precisa de um referencial, ele depende de um conjunto específico de condições sociais, históricas e institucionais que permitem sua existência e materialidade, e que esse conjunto é a sua referência de aparecimento e delimitação da “verdade”.

Esses elementos peculiares do enunciado determinam quem pode falar, o que pode ser dito, onde e quando, ou seja, o enunciado existe apenas quando as condições sociais, históricas, discursivas e materiais são satisfeitas, demonstrando a complexidade que envolve o surgimento e a legitimação de um enunciado no campo do discurso.

Em seu livro *História da Loucura* (1961), Foucault ressalta que o diagnóstico de louco é um enunciado e, portanto, tem autoridade porque possui a autoridade de um médico, que obtém o conhecimento, e conseqüentemente, tem o poder dentro do campo da medicina e das práticas associadas a ela, ou seja, o de determinar o confinamento do indivíduo diagnosticado como louco.

Esse exemplo também nos ajuda entender a função enunciativa, quanto à formação de significado e do discurso, que no caso aqui exemplificado é o discurso médico. Nesse sentido, ela permite a atualização do discurso e define a posição do sujeito em relação a este. Foucault nos fala, nesse caso, que há um sujeito enunciante, que é aquele que se apossa de um enunciado para estabelecer seu discurso como uma lei a ser obedecida por quem o ouve.

A posição do sujeito está ligada à existência de uma operação ao mesmo tempo determinada e atual; em ambas, o sujeito do enunciado é também o sujeito da operação (aquele que estabelece a definição é também aquele que a enuncia; aquele que coloca a existência é ao mesmo tempo quem coloca o enunciado) [...] (enquanto sujeito enunciante, ele aceita o enunciado como sua própria lei) (FOUCAULT, 1987, p. 108).

Dessa forma, com Foucault (1987, p. 134), podemos concluir essa parte conceitual do enunciado com os quatro domínios da função enunciativa e assim, entender o papel do enunciado discursivo: (1) Formação dos objetos; (2) formação das posições subjetivas; (3) formação dos conceitos; (4) formação das escolhas das estratégias.

O espaço enunciativo é fundamental para entender como e por que certos discursos surgem em determinados períodos históricos e não em outros. Há uma conexão na relação entre o discurso e o poder com uma configuração específica na qual o discurso é produzido e recebido, um espaço de enunciação que estabelece o que é possível ou não ser dito, possibilitando a construção de subjetividades.

Foucault ainda define o que são os enunciados reitores: eles possibilitam a derivação de outros enunciados que de certa forma tem autonomia para gerar novos sentidos, mas que estão presos a um conjunto de regras que determinam os seus sentidos discursivos. O autor define os enunciados reitores quanto aos que [...]

se referem à definição das estruturas observáveis e do campo de objetos possíveis, os que prescrevem as formas de descrição e os códigos perceptivos de que ele pode servir-se, os que fazem aparecerem as possibilidades mais gerais de caracterização e

abrem assim, todo um domínio de conceitos a serem construídos; enfim, os que constituindo uma escolha estratégica, dão lugar ao maior número de opções ulteriores. (FOUCAULT, 1987, p. 168)

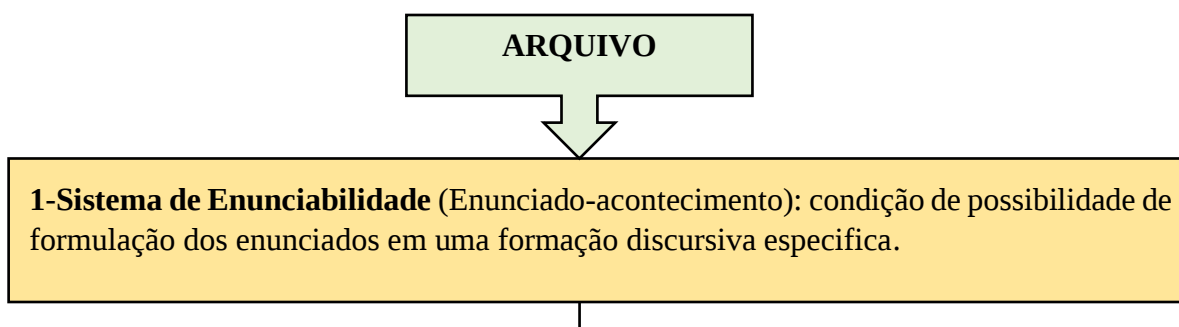
Os enunciados não existem de forma isolada. Eles se relacionam com outros enunciados e com discursos já existentes. Nesse sentido, o enunciado reitor rege certas estruturas e parâmetros pré-definidos a fim de validar a “verdade” de um discurso. O enunciado não se define pelo que diz, mas pelas regras que regem sua produção, circulação e utilização em um dado contexto, podendo ser repetido, modificado ou reinterpretado.

Neste capítulo, destacamos, também, a noção de arquivo nos estudos foucaultianos. Para Foucault (1987, p. 146), “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho”. Podemos dizer que essa história específica é registrada e guardada para ser examinada em um determinado contexto histórico, no qual pode ser reutilizada e atualizada, transformada, recriada, se reconfigurando conforme o momento que se torna necessária.

Por conseguinte, o termo arquivo segue outro caminho que não é o de armazenar informações como um documento institucional público ou privado. É muito mais atuante no campo dessa história específica que Foucault (1987, p. 149) o descreve como um “jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo”, isto é, um sistema de regras que definem e gerem as condições, “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”, uma lei formulada e guardada como um acontecimento discursivo em um determinado momento histórico.

Em A Arqueologia do saber, encontramos três sistemas de organização que se encarrega o arquivo. Esses sistemas nos dão uma ideia mais detalhada e compreensível sobre a função do arquivo quanto a sua atuação no armazenamento dos discursos, de suas condições de formação, de aparecimento e desaparecimento, da reutilização e da transformação dos enunciados de acordo com as formações discursivas ao longo da história.

Fizemos uma síntese dessas informações para facilitar a aplicação desse conhecimento na análise do nosso objeto de estudo mais adiante.



2-Sistema de Funcionamento (enunciado-coisa): define o modo de atualidade do enunciado

3-Sistema geral da formação e Transformação: conjunto de regras de uma prática que permite a subsistência e a modificação regularmente dos enunciados

(Foucault, 1987, p. 148 a 150)

A função desses três sistemas centraliza-se, primeiramente, em possibilitar as condições históricas e sociais, de formação e legitimação do discurso, definir as posições de autoridade e estabelecer as relações de poder nas esferas sociais.

E assim o discurso é histórico porque o enunciado muda conforme o contexto histórico e as transformações sociais, culturais e políticas. Esses sistemas ainda se encarregam de prover os modos de aparecimento, as formas de existência, de acúmulo de enunciados, de historicidade e de desaparecimento dos discursos. “A arqueologia descreve os discursos especificados no elemento do arquivo”.

Como aplicação e evidência desses sistemas funcionais do arquivo na nossa análise, vejamos como isso ocorre:

1-Sistema de Enunciabilidade (Enunciado-acontecimento):
Condição de possibilidade de formulação dos enunciados em uma formação discursiva específica.



O *jingle* só se torna possível em um contexto histórico e político marcado pela ruptura com uma ordem oligárquica e pela emergência de um novo projeto de governo. O enunciado “Eu sou o novo Maranhão” expressa uma condição discursiva que permite ao povo assumir simbolicamente a voz da mudança.

2-Sistema de Funcionamento (enunciado-coisa): Define o modo de atualidade do enunciado.



O *jingle* funciona como um dispositivo de poder que mobiliza afetos e subjetividades. Ele produz efeitos sociais ao promover a adesão simbólica da população a um novo projeto político, transformando o discurso em ferramenta de legitimação.

3-Sistema da geral da formação e Transformação: Conjunto de regras de uma prática que permite a subsistência e a modificação regularmente dos enunciados.



O enunciado representa uma transformação nas formas de discurso político no Estado. De um modelo centralizador e excludente, passa-se a um discurso que simula participação e coletividade, ancorado em estratégias midiáticas e emocionais.

Após os estudos dos elementos identificadores do discurso, a compreensão do pensamento crítico-reflexivo de Michel Foucault colaborou significativamente para entendermos o funcionamento do discurso presente no *corpora* escolhido para o nosso trabalho como analistas do discurso. É necessário uma melhor compreensão da teoria foucaultiana quanto à maneira que o discurso vem sendo usado no campo político, em especial no Estado do Maranhão, no qual o discurso do governo ao longo da história se centraliza no discurso de avanço e progresso.

Indubitavelmente, é do conhecimento de todo analista do discurso de que do legado deixado por Michel Foucault, certamente, estão as questões relacionadas à ação governamental, que ele denomina de governamentalidade e que, em suas esferas temáticas, estão assuntos e elementos que descrevem a formação e função do discurso nesse contexto político, como por exemplo, o sujeito assujeitado, que ilusoriamente pensa que é um ser livre, mas que é um corpo docilizado por normas manipuladoras exercidas pelos saberes e poderes institucionais.

Ao analisar a inserção desse sujeito, que se apresenta em nosso corpus de análise, como o representante das ações governamentais, verificamos a existência de um sujeito que se identifica com o conceito que Foucault nos apresenta em seus estudos, um sujeito que emerge no *jingle* publicitário intitulado “Eu sou o novo Maranhão, do governo Flávio Dino de seu segundo mandato (2019 a 2022), como um elemento que é o objeto do cuidado da ação governamental.

Quanto a isso, é possível verificar que a soberania política na modernidade é exercida por meio de práticas governamentais que modulam o comportamento dos indivíduos a fim de conduzi-los de acordo com aquilo que eles devem ser como “colaboradores” das práticas governamentais quanto ao crescimento, avanço e progresso do estado. São essas práticas que, segundo Michel Foucault, possibilitam o exercício do governo da conduta dos indivíduos, que consequentemente produzem uma governamentalidade, isto é, um gerenciamento da conduta dos indivíduos; e também a biopolítica, em outras palavras, o exercício de um poder governamental na modernidade que rege a conduta não só dos indivíduos, mas de toda a população.

No material selecionado para a análise desta pesquisa há uma evidência do que Foucault apresenta em sua obra *Segurança, Território e População* (1977/1978), na aula do dia 01 de fevereiro de 1978, em que nos apresenta uma concepção de governo e política, que ele denomina de governamentalidade. O conceito de governamentalidade será usado por Foucault para analisar as relações de poder existentes ao longo da história da humanidade. Sendo assim,

ele descreve a noção de governo, explorando documentos históricos, a fim de explicar como surgiu uma sociedade do governo dos homens.

Nesse sentido, o processo de governamentalidade, vigente na atualidade, não segue o padrão do que fora apresentado por esse filósofo em seus estudos, todavia, é possível perceber que o conceito de governamentalidade centrado no exercício da prática de um poder que é proveniente de um saber e que se apresenta preocupado com a condução, com o “cuidado” de pessoas, seja em seu aspecto individual ou coletivo, ainda é predominante na modernidade.

Desse modo, será possível verificar como o processo de governamentalidade está presente no discurso do *jingle*.

Em Segurança, Território e População, Foucault apresenta o que ele entende por governamentalidade:

[...] Gostaria de começar a percorrer um pouco a dimensão do que eu chamei com esta feia palavra que é "governamentalidade". Supondo-se portanto que "governar" não seja a mesma coisa que "reinar", não seja a mesma coisa que "comandar" ou "fazer a lei"; supondo-se que governar não seja a mesma coisa que ser soberano, ser suserano, ser senhor, ser juiz, ser general, ser proprietário, ser mestre-escola, ser professor; supondo-se portanto que haja uma especificidade do que é governar, seria preciso saber agora qual é o tipo de poder que essa noção abarca (Foucault, 2008, p. 155-156).

Ampliando a discussão sobre governamentalidade, Foucault esclarece que se trata de um

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2008, p. 143- 144).

Na esteira de Foucault, compreendemos a governamentalidade como o processo que representa o surgimento do Estado de governo com suas diversas práticas governamentais, sobretudo, a sua forma de gerenciar a população a partir do século XVIII, e pode-se dizer que até os dias atuais. Nesse período, a governamentalidade é um processo rotativo, uma ação contínua que se atualiza nos diferentes momentos históricos, movido por meio de três movimentos: governo, população e economia política.

Foucault se dedicou a investigar a noção de governo, como ela se atualizou e se modificou ao longo dos séculos XIII a XV e XVIII, tendo em vista a população e a economia política.

Foucault analisou como essa noção de governo foi concebida e aceita pela sociedade e que transformações ela sofreu no decorrer da história. Embora governar significou mais profundamente um movimento político pela subsistência material e pela condução dos indivíduos.

Governar, enquanto função política, está centrado na forma como se conduz os outros e como se conduz a si mesmo. Governar se traduz em conduzir condutas, sendo que isso não pode ser separado da maneira de conduzir-se a si mesmo. Com base nas ideias de Montaigne, sua concepção sobre o significado de conduta se refere a duas coisas:

A conduta é, de fato, a atividade que consiste em conduzir, a condução, se vocês quiserem, mas é também a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, elas se comportam sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução. (FOUCAULT, 2008, p. 255)

Assim, entre os séculos XIII e XV, governar não dizia respeito ao governo de um Estado, mas sim, ao governo dos indivíduos. A análise e investigação foucaultiana buscam entender em que consistia o governo dos homens. Foucault entende a governamentalidade como um conjunto de elementos que possibilitam explicar o surgimento do Estado de governo. Foucault, em um primeiro momento, tenta compreender como foi concebida essa noção de governo dos homens e quais transformações sobre essa ação ocorreram ao longo da história humana.

Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território ou uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. Quando se fala da cidade que se governa com base nos tecidos, quer dizer que as pessoas tiram sua subsistência, seu alimento, seus recursos, sua riqueza dos tecidos. Não é, portanto, a cidade como estrutura política, mas as pessoas, indivíduos ou coletividade. Os homens é que são governados (FOUCAULT, 2008, p. 164).

Foucault entende a governamentalidade como um fenômeno “ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado o que não deve ser [...]” (Foucault, 2008, p. 145).

Para ampliar a compreensão sobre governamentalidade, considerando o governo de homens, sucintamente, apresentamos um resumo das análises foucaultianas sobre a diversidade de sentidos que essa ação abrange. Vale ressaltar que dentro desse processo, Foucault

apresentou os tipos de poder existentes e que serviram de sítio arqueológico para suas investigações, suas descobertas e para a aquisição de sua concepção sobre governamentalidade.

Com base em suas análises sobre a governamentalidade, Foucault reflete sobre a relação que o saber-poder exerce sobre a formação e o gerenciamento de condutas. Nesse sentido, a ação governamental está diretamente ligada à relação entre saber e poder. Ele argumenta que o poder e o saber estão profundamente conectados e se reforçam mutuamente.

Essa relação se fortaleceu no exercício das políticas públicas ao longo da história humana. Ele destaca a existência quatro tipos de poder que predominaram ao longo do século XV até o século XVIII: o poder soberano, o poder pastoral, o poder disciplinar e o biopoder (biopolítica). Sucintamente, pontuamos as principais práticas governamentais que envolvem cada tipo de poder analisado.

- **Poder Soberano**

Claro, nunca faltaram, tanto na Idade Média como na Antiguidade greco-romana, desses tratados que se apresentavam como conselhos ao príncipe quanto a maneira de se conduzir, de exercer o poder, de se fazer aceitar ou se respeitar por seus súditos. Mas creio que o que é notável é que, a partir do século XVI e em todo esse período que vai, grosso modo, do meado do século XVI ao fim do século XVIII, vemos desenvolver-se, florescer toda uma considerável série de tratados que já não se oferecem exatamente como conselhos ao príncipe: mas que entre o conselho ao príncipe e o tratado de ciência política se apresentam como artes de governar. (FOUCAULT, 2008, p. 118)

Para descrever o exercício do poder soberano, podemos dizer que a arte de governar, em seu sentido mais politicamente teórico, está centrada nos saberes da ciência política, que servem para a formulação de um novo sentido para a arte de governar. Temos em mãos, como exemplo desses saberes, a obra *O Príncipe*⁴, de Nicolau Maquiavel, que foi um grande filósofo e criador de teorias políticas que guiaram as ações monárquicas durante os séculos XV e XVI.

Sobre a postura de Maquiavel, quanto ao pensamento de governo, Foucault diz que “há, portanto, muitos governos em relação aos quais o do príncipe que governa seu Estado não é mais que uma das modalidades” de governamentalidade. (Foucault, 2008, p. 124).

⁴ Publicada em 1515, a obra *O Príncipe* aborda a questão do poder político, na qual Nicolau Maquiavel fala sobre a forma de governar, tomando como base os fins para justificar os meios de submeter a população à ação governamental do príncipe, sem considerar a vontade do povo. A obra serve de manual até hoje para os políticos que independente de qualquer coisa, pensam que o que vale é a permanência no poder político. Maquiavel argumenta que a arte de governar está pautada na dissimulação, desde que atenda as suas intenções. Ele diz que “não é a intenção que valida um ato, e sim os seus resultados”. Ou seja, qualquer que seja a ação do príncipe por meio da dissimulação, esta terá efeito se ele conseguir chegar ao que deseja. A ação do príncipe deve se concentrar em cinco virtudes vitais para a sua permanência no poder: a clemência, a benevolência, a humanidade, a retidão e a religiosidade.

Quanto à questão política presente nessa obra, o sentido da palavra governar se apresenta em sua versão mais dominante no sentido de cercear a liberdade dos indivíduos. O foco central dessa obra é o poder soberano, é uma teoria que instrui como chegar a esse poder, como conservá-lo e como se manter nessa posição.

Segundo Maquiavel, a conservação do poder é essencial para a manutenção da ordem, e assim, para que isso aconteça, é necessária a conservação das estruturas sociais para garantir a ordem política, para estabelecer o controle das ações humanas a fim de não ocorrerem problemas sociais que desestabilizassem a ordem social.

A centralização do poder no principado seria essencial para a manutenção da ordem moral, da social, da política e da conservação do poder soberano. Mas para isso é necessário também separar a ética da política, pois a ação política é mais importante que certas questões morais quando o que está em jogo é a conservação da ordem social. Isso fica evidente quando lemos o seguinte trecho da obra O Príncipe:

Nasce daí o debate: se é melhor ser amado que temido ou o inverso. Dizem que o ideal seria viver-se em ambas as condições, mas, visto que é difícil acordá-las entre si, muito mais seguro é fazer-se temido que amado, quando se tem de renunciar a uma das duas. (Maquiavel, 2008, p. 80)

A ação governamental do príncipe, embora tivesse enfoque religioso, pois tinha em mente que a lei divina deveria ser cumprida, toma uma nova direção a partir do século XVI, com “o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc.” (Foucault, 1979, p. 164).

Nesse período, a predominância do poder soberano centrava-se na relação do monarca com a comunidade, na qual o rei decidia quem ia viver ou morrer. O soberano tinha o poder de decisão absoluta sobre a vida. Não havia uma política que se mostrasse interessada no cuidado da vida, mas sim no cuidado da manutenção da ordem social. Para isso, regiam-se leis que determinavam o que o indivíduo podia ou não fazer. E em suma, podemos dizer que a ação governamental estava centrada nas relações de força, no que diz respeito à forma violenta de conquistar territórios e determinar o direito de vida e morte para quem se submetia ou não aos estatutos do Estado.

Foucault propõe a análise dos mecanismos de poder, mas não com base no que o poder soberano entendia por essa relação, mas na forma como o Estado, como autoridade administra os interesses dos indivíduos.

É nesse campo das relações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder. [...] E [...] é verdade que Maquiavel foi um dos poucos – e nisso estava

certamente o escândalo de seu cinismo – a pensar o poder do Príncipe em termos de relações de força (Foucault, 1988, p. 92).

Sobre isso, para Foucault, a governamentalidade é representada por certo tipo de poder que se concentra na “capacidade que tem o Estado para obter obediência dos seus súditos”. No período monárquico, no qual Foucault analisou o exercício da ação governamental, o rei era o representante do Estado, ele detinha a autoridade suprema sobre seus súditos. Tratava-se de um poder de ação contínua, sempre visando impor a ordem por meio de punições e até mesmo por meio de extermínios, caso essa autoridade fosse afrontada. No poder soberano, a prática política estava voltada para o asseguramento da defesa incondicional da pessoa do rei ou do território, ainda que para isso fosse necessário o rei valer-se de seus súditos, mesmo que isso implicasse a retirada de suas vidas. Estava igualmente ao seu alcance aplicar castigos a infratores, punindo-os com a execução de suas vidas. Entretanto, se o direito do soberano sobre a morte dos súditos é imediato, seu poder sobre a vida não. Quando age sobre esta é porque lhe é lícito matar ou deixar de fazê-lo. Dessa forma, o poder soberano se exercia por meio do autoritarismo, do confisco, da subtração e da extorsão.

Ao verificarmos as relações do saber-poder, observamos que o exercício do poder soberano, tendo como representante do Estado o monarca, a prática discursiva envolve o controle de um território e da vida dos indivíduos (da população), não por meio do cuidado, mas por meio da eliminação dos indivíduos-problema. Esse poder tem estrita relação com o saber legislativo, que determina a “justiça”, a execução de punições e sentenças de morte. É o monarca que se autodeclara como poder soberano, definindo sua capacidade de legislar e de fazer cumprir a lei, frequentemente associada a um controle direto sobre a vida e a morte dos súditos.

Por volta do século XVII, com a ascensão da modernidade resultante do significativo progresso trazido pela Revolução Industrial, o poder soberano perde espaço, e sob a forma de uma nova realidade discursiva do poder estatal, começa-se a perceber mudanças no cenário político e econômico nesse período.

É com base nesse período de significativas mudanças na arte de governar, que Foucault nos apresenta o poder pastoral.

- **Poder pastoral**

Diferentemente do poder soberano, exercido sobre um território e sobre a vida e morte dos indivíduos, o poder pastoral se incide sobre o rebanho.

A visão de redenção e salvação do indivíduo, com base na filosofia do Cristianismo, referente à ação do cuidado do bom pastor com suas ovelhas, serve para espelhar a ação do poder pastoral quanto ao cuidado do governo com o indivíduo. O poder pastoral incide sobre a forma como a figura do pastor se preocupa e se dedica a cuidar e proteger o seu rebanho. Nesse sentido veremos que a preocupação principal do poder pastoral está na condução da vida dos indivíduos, sob o manto do cuidado, mas focado na condução das condutas.

No poder pastoral, a ação governamental recai sobre o indivíduo, “é um poder de cuidado”:

O poder do pastor se manifesta num dever, numa tarefa de sustento, de modo que a forma – e essa também é uma característica importante, a meu ver, do poder pastoral - a forma que o poder pastoral adquire não é, inicialmente, a manifestação fulgurante da sua força e da sua superioridade. o poder pastoral se manifesta inicialmente por seu zelo, sua dedicação, sua aplicação infinita. (Foucault, 2008, p. 170,171).

O Cristianismo foi o responsável por elaborar uma cadeia de dispositivos de poder com práticas governamentais com o fim de gerir a conduta do indivíduo. No exercício pastoral, o rebanho é conduzido à obediência, entendida como uma virtude e por isso se submete ao seu pastor por acreditar que agindo assim está fazendo o que é correto. Foucault denomina esse processo como a “instância da obediência pura, a obediência como tipo de conduta unitária, conduta altamente valorizada e que tem o essencial da sua razão de ser nela mesma”. (Foucault, 2008, p. 230).

No poder pastoral há “uma relação de submissão de um indivíduo a outro indivíduo [...] aquele que é dirigido deve aceitar, deve obedecer, no interior mesmo dessa relação individual” (Foucault, 2008, p. 232).

Algumas mudanças ocorrem no poder pastoral: a ação doutrinária passa a ser vista como uma prática política; e a prática da obediência será vista como um princípio de submissão voluntária e individual. O que antes era um dever coletivo, agora se apresenta como uma ação de cuidar do indivíduo de forma individual. Após essas transformações, o significado de governar toma um novo caminho. Deixa de ser um governo dos homens e começa a ser um governo político.

Dessa forma, o poder pastoral estabeleceu, na sociedade ocidental, uma prática específica de poder; e isso conduz o sujeito a reconhecer a si mesmo a partir da vigilância, do “cuidado” do pastor sobre as suas próprias atitudes.

Diante disso, o poder pastoral favoreceu a criação de uma subjetivação na qual o sujeito é conduzido a aceitar uma verdade, fruto de um saber que diz que esta verdade é uma

virtude, e que este sujeito deve se submeter, por meio da obediência, a normas que ditam o que ele deve ser e fazer.

Assim, no poder pastoral, o processo de governamentalidade, no que diz respeito ao sentido de governar, é conduzir o indivíduo à obediência pelo estabelecimento de um saber filosófico religioso que está preocupado com o indivíduo, e que junto com outros indivíduos formarão um rebanho que está pronto para se submeter aos cuidados do seu pastor.

- **Poder disciplinar**

Foucault se interessa em investigar outras práticas do exercício do governo. Com a transformação do poder pastoral em prática política na sociedade ocidental, ele se ocupa em entender o que seria a arte de governar. Em busca de respostas para esta pergunta, ele avança sua análise sobre o processo de governar, buscando em outras fontes de informações históricas os fundamentos para compreender o poder disciplinar.

O poder disciplinar se integra ao poder pastoral, completando-o e ao mesmo tempo implementando novas técnicas de controle e de regras que continuarão moldando a conduta dos indivíduos. O poder disciplinar surge com o propósito de regularizar normas que gerenciem o comportamento dos indivíduos e a vida da população. Nesse momento não só o indivíduo é o foco da ação governamental, mas entra em cena outro elemento como alvo dessa ação:

É a população, portanto, muito mais que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. [Ela aparece] como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer. (FOUCAULT, 2008, P. 140)

Com os novos tratados de ciência política, que tinham como objetivo apresentar estratégias de como governar, a ação do pastor como uma prática política não perderá de todo a sua predominância, pois esta prática, embora tenha sofrido algumas mudanças, ainda servirá de referência para a formulação de uma nova forma de condução dos indivíduos.

O poder disciplinar entra em cena para tornar o indivíduo em um “corpo dócil”, “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1987, p. 163). O poder disciplinar atua na produção de corpos dóceis e úteis, por meio da vigilância e da punição, com o controle rígido das ações do sujeito no tempo e no espaço. Nesse sentido, a prática do poder disciplinar enxerga o indivíduo como o corpo que deve ser controlado a fim de administrar seu comportamento e suas ações, e consequentemente, torna-o mais “obediente” e mais útil ao Estado.

Se tomarmos a base das ações governamentais do poder soberano e do poder pastoral, observaremos que o poder disciplinar se apresenta como uma complementação dessas ações, mas de forma atualizada e equilibrada. Uma vez que essas ações tinham como proposta controlar e gerir a vida dos indivíduos por meios de técnicas mais abusivas (poder soberano) e dóceis (poder pastoral), podemos dizer que o poder pastoral adota as técnicas de controle do poder pastoral, de forma mais acentuada, porém mais técnica a fim de permanecer moldando os indivíduos, todavia, docilizando-os com propostas governamentais mais sutis e voltadas para o cuidado desse corpo. Em outras palavras: “No antigo sistema, o corpo dos condenados se tornava coisa do rei, sobre a qual o soberano imprimia sua marca e deixava cair os efeitos de seu poder. Agora, ele será antes um bem social, objeto de uma apropriação coletiva e útil” (Foucault, 1987, p. 129).

No livro *Vigiar e punir* (1975), Foucault apresenta uma descrição dos mecanismos disciplinares que se ocupam em organizar os espaços e ordenar os indivíduos, sob permanente vigilância. Assim, ao serem condicionados a esses mecanismos, serão corpos obedientes e domados, mesmo que isso seja fruto de correção e punição, são mais produtivos e úteis. Nesse sentido o poder disciplinar tem como objetivo:

Reanimar um interesse útil e virtuoso, cujo enfraquecimento é provado pelo crime. O sentimento de respeito pela propriedade – a de riquezas, mas também a de honra, de liberdade, de vida – o malfeitor o perde quando rouba, calunia, sequestra ou mata. É preciso então que lhe seja reensinado. E começaremos a ensiná-lo nele mesmo: ele sentirá o que é perder a livre disposição de seus bens, de sua honra, de seu tempo e de seu corpo, para, por sua vez, respeitá-lo nos outros. (FOUCAULT, 1987, p. 127)

Esse processo de ensino é formado por esse conjunto de mecanismos que funcionam como um sistema de controle eficiente sobre os corpos e comportamentos dos indivíduos. Dentre esses mecanismos disciplinares há uma série de ações que estabelecem as normas aplicadas para a docilização desses corpos.

No entanto, embora essas normas sejam típicas de um sistema prisional, como por exemplo, a vigilância, o controle de entradas e saídas, do tempo, dentre outros mecanismos, também podem ser vistos no controle da sociedade civil em geral, uma vez que esses mecanismos fazem parte do quadro de ações disciplinares das instituições modernas e são fundamentais para a criação de uma sociedade de controle que se infiltra em todos os aspectos da vida cotidiana.

- **Biopoder-Biopolítica**

Já no século XVIII, essas técnicas se articularam a dispositivos que atuam sobre os indivíduos, agora contemplados enquanto "corpo-espécie" (FOUCAULT, 1976). Ao conjunto dessas técnicas, Foucault nos apresenta outro tipo de poder que é denominado de "biopolítica", na qual o exercício do poder

[...] centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. (FOUCAULT, 1998, p. 131)

A biopolítica tem como fim cuidar da população, com a conservação da vida, da segurança da população. Governar significa estabelecer ações sobre o controle da natalidade, da mortalidade. Nesse sentido, a preocupação do governo é a população, na forma como esta será conduzida na prática de ações que resultem na aquisição de maiores resultados econômicos e sujeitos bem cuidados.

A população passa a ser o objeto de atenção da prática governamental no século XVIII, pois ela é interesse do cuidado do governo, e por isso ele se apresentará como um governo que está para defender e cuidar da população, um governo que está em “defesa da sociedade”.

Na governamentalidade, vimos que esta diz respeito aos procedimentos de governo a partir de alguns acontecimentos. Foucault delimitou suas análises ressaltando o poder pastoral, sob o viés do Cristianismo, seguido pelo poder soberano, na era medieval, entre os séculos XIV a XVI. No século XVII, esse filósofo destaca o poder disciplinar, no qual o poder regulador (biopoder) se mostra em seu estado mais tirano. É sobre este poder, que surge no século XVIII dando um novo sentido para a palavra governar, e assim a governamentalidade também ganha um novo significado.

Governar significa propor ações elaboradas pelo Estado com o propósito de cuidar da vida da população. Nesse sentido o Estado é um elemento político, inserido na sociedade moderna como um corpo social. É possível verificar que a soberania do passado se apresenta na prática da biopolítica, na qual se observa a presença de ações interventivas do Estado para manter a ordem social, econômica e a manipulação das instituições para garantir sua soberania sobre a sociedade.

As manifestações de poder se centralizam no cuidado da manutenção da vida da população, no gerenciar a vida em sua dimensão biológica, em como manter e preservar a vida,

ou seja, "o corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos (FOUCAULT, 1988, p. 131).

É importante ressaltar que a gestão biopolítica busca estruturar um modelo econômico que visa atender as necessidades da população no que diz respeito ao cuidado com a vida das pessoas em geral. Assim, é o saber político que vai conduzir as ações administrativas do Estado. A manutenção da vida da população será vista neste momento "como problema a um só tempo político, como problema ontológico e como problema de poder" (FOUCAULT, 1999, p. 382, 383). Revel (2005) enfatiza que:

O termo "biopolítica" designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas (Revel, 2005, p. 26).

Isso nos faz entender que a biopolítica tem como objetivo o gerenciamento da ordem social, por meio de propostas que garantam e assegurem a vida humana, com o controle da segurança do território e da população.

Segundo Foucault, o biopoder tem como foco o cuidado e a preservação da permanência da espécie. Por meio de mecanismos de vigilância ou monitoramento, controlam-se as taxas de natalidade e de mortalidade em um determinado Estado, para assegurar a manutenção da vida, pois isso estaria envolvido em uma "série de vigilância, controle, olhares diversos que permitem descobrir, antes mesmo de o ladrão roubar e se ele vai roubar" (Foucault, 2008, p. 7).

O Estado faz esse gerencia e controla tudo isso porque é "necessário que o mesmo tenha um instrumento de controle para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, contudo a verdadeira intenção do Estado é de um controle social" (Foucault, 1987, p. 159), pois é no Estado que ocorrem as manifestações de um poder político para que haja a promoção desse controle social das relações na sociedade.

Considerando a manifestação do poder soberano, percebe-se que o Estado se apropria do poder político que se "materializa em instituições locais, regionais e materiais" (Foucault, 2008, p. 282).

A essas instituições cabe o exercício da prática da biopolítica quanto às questões primárias no que diz respeito à população. Primeiramente, a questão da natalidade, da mortalidade e da longevidade, que envolvem o saneamento básico e a higiene pública; em segundo lugar a questão geriátrica e a saúde de forma geral. E por fim, a preocupação com o

espaço e com a organização da cidade.

Na gestão biopolítica, o poder político do Estado é responsável por executar ações interventivas na sociedade moderna para promover o bem-estar da população no atendimento de suas necessidades quanto à saúde, segurança, acessibilidade, educação etc., e assim não se terá “somente instituições de assistência (que existem há muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência” (Foucault, 1999, p. 291). Com isso, o Estado moderno assume a responsabilidade de gerir a população e conduzi-la. E para isso é preciso elaborar estimativas, estatísticas e dados de tudo que condiciona estruturas a melhorar de forma geral os setores responsáveis pelo cuidado com a população. A partir de então, os avanços nos domínios da vida pelo poder, dos quais se investem em políticas públicas para promoção da vida são cada vez mais acentuados.

O poder na biopolítica dita as normas manipuladoras que regem o comportamento e as posses das pessoas em virtude de estabilizar e aumentar a economia do Estado. O controle social é resultado do controle da vida, que acontece por meio de instituições que regulam as ações sociais, econômicas e morais da população.

A biopolítica, na contemporaneidade e na pessoa do governante (Estado), como instrumento de controle social e provedora do cuidado da população, em parceria com os diversos dispositivos tecnológicos digitais da modernidade, tem sido um dos meios pelo qual ocorre o controle da vida.

Isso ganha força quando o dispositivo midiático, por meio das audiovisualidades, serve de veículo de transmissão e divulgador de uma verdade presente em um discurso do saber-poder político presente nas publicidades governamentais.

O sujeito moderno, sem se dar conta, é um sujeito moldado pelas práticas do poder político, que conforme a divulgação de certas publicidades governamentais, é um sujeito seduzido e convencido por um discurso de verdade que o insere como resultado do cuidado do Estado, ou seja, do cuidado com a vida da população.

Quanto a isso, Foucault (1987) afirma que o poder político produz uma vigilância hierarquizada das disciplinas, controlando silenciosamente as ações dos indivíduos.

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um “chefe”, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio (FOUCAULT, 1987, p. 201).

Para Foucault, esse mecanismo de poder produz uma vigilância discreta, pois o sujeito, alienado dos discursos que produzem o cenário midiático, além de se apresentar como um ser pensado, é, sobretudo, um sujeito monitorado. Considerando tudo isso, o Estado promove o controle social, garantindo sua soberania, discretamente fazendo uso de uma “vigilância hierárquica, de uma vigilância de última geração, e através desse monitoramento o Estado irá validar sua força ou soberania dentro da sociedade” (Foucault, 1987, p. 153). O controle social é resultado do poder do Estado, e dessa forma este participa ativamente da vida, corpos e consciência humanas, implicando em uma forma moderna da biopolítica do controle.

Na seção seguinte, abordaremos rapidamente de que forma essa biopolítica se apresenta por meio dos recursos audiovisuais produzidos pela mídia, pois esta é o veículo pelo qual o Estado se utiliza para evidenciar a sua soberania, o monitoramento dessa vigilância hierarquizada e também o cuidado com a população.

2.2 Midia audiovisual: a propagação moderna da “verdade” presente

Considerando que o *corpus* desta pesquisa é um *jingle*, cuja constituição envolve não apenas elementos linguístico-discursivos, mas também sonoros e visuais, reconhecemos a importância de uma abordagem sobre audiovisualidades.

Todavia, antes de adentrarmos nas discussões sobre audiovisualidades e como esse recurso colabora para nossa análise, apresentamos um breve conceito do que estamos entendemos por mídia. “Mídia, do latim *media*, plural de *medium* que chega até nós por meio do inglês *media* (que pronunciamos *mídia*)”. “[...] de maneira geral, o conjunto de meios de comunicação social” (Rojo, 2019, p. 29).

A televisão e as redes sociais, por exemplo, atuam como meios de comunicação social, ou seja, como transmissores midiáticos de recursos audiovisuais, viabilizando a circulação de conteúdos que combinam imagem, som e linguagem na divulgação de mensagens comunicativas. A televisão, como meio tradicional de comunicação de massa, tem um histórico papel na formação de hábitos culturais e na difusão de discursos amplamente consumidos pela população. As redes sociais, por sua vez, introduzem uma lógica mais interativa e descentralizada, permitindo que os próprios usuários produzam e compartilhem conteúdos audiovisuais em tempo real. Ambas, no entanto, operam como dispositivos contemporâneos que, ao mediar os fluxos comunicacionais, influenciam práticas sociais, modos de subjetivação e relações de poder.

A *mídia* audiovisual tem sido uma grande aliada política na divulgação e

propagação de discursos de verdade sobre uma variedade de temas, como por exemplo, o discurso presente no *jingle* “Eu sou o novo Maranhão, do governo Flávio Dino.

Nesse espaço midiático, ao assistir uma dessas propagandas, um dos elementos que nos chamaram a atenção para esta pesquisa foi o *jingle* publicitário criado para a divulgação dos informes do governo Flávio Dino durante o seu segundo mandato (2019-2022).

Ao nos dispormos a analisar esse *jingle*, além de observar a discreta e implícita técnica de governamentalidade e biopolítica, verificamos que um dos recursos que colaboram para reforçar a soberania do poder do Estado é o discurso que pode ser visto e ouvido no *jingle*, usado como ferramenta de comunicação entre o governo e a população maranhense. O que é dito e ouvido são chamados de recursos audiovisuais, que no contexto cinematográfico passa a ser chamado de audiovisualidade, uma atualização moderna da combinação de som e imagem. Embora nossa análise não seja sobre as audiovisualidades, consideramos importante e necessário destacar sua importância neste estudo, devido à forma discursiva escolhida para produzir uma verdade no momento atual pela qual a política maranhense atravessa: a verdade de que o progresso enfim chegou!

A combinação de som e imagem sem dúvida alguma é uma estratégia persuasiva da publicidade, cujo resultado é sempre “vender” uma ideia de originalidade e eficácia de certos produtos que visam suprir a necessidade de um determinado público. No campo da tecnologia moderna, essa combinação, denominada de audiovisualidades, segundo Milanez (2019),

[...] é uma noção que já nasce plural, o que implica a extensão de seus domínios e os tipos de articulação que elas podem estabelecer com objetos e discursos. As audiovisualidades são fatos históricos que possuem um tipo de organização específica, à qual cabe sua descrição e investigação para se compreenderem em casos de discursos, sendo estes que fazem proliferar as audiovisulidades. Essa pluralidade também fala de sua mobilidade, descontinuidade e heterogenidade. São enunciações em um campo ordenado por séries de audiovisualidades em um jogo de coexistência dentro de um sistema e entre si. Elas constroem, então, as significações, no interior de uma rede de relações, cuja natureza e polidimensional. (MILANEZ, 2019, p. 8).

Todo o conjunto das audiovisualidades é artístico e essas “significações, no interior de uma rede de relações”, podem produzir mudanças, transformar conceitos e mudar opiniões nas estruturas sociais, pois as novas interações tecnológicas podem propiciar novas formas de pensar e estar no mundo.

Quanto a essas formas de pensar e estar no mundo, isso nos remete ao que Foucault fala sobre o sujeito ser um objeto pensado, manipulado pelo exercício discursivo do saber-poder. Assim, as questões levantadas por Foucault sobre o funcionamento do discurso, nesse campo do ver e do ouvir são vistas por Milanez (2019) da seguinte forma:

O discurso, antes de ser aquilo que dizemos ou o modo de falar as coisas, está muito mais em tudo aquilo que não pronunciamos, nos nossos gestos, atitudes, modos de nos relacionarmos e vivermos em um espaço localizado. A questão que exige aqui um movimento teórico não é apenas a do discurso, mas a sua complexidade e especificidade de discurso das audiovisualidades.(Milanez, 2019, p.12).

Atualmente, a mídia tem se apossado de recursos audiovisuais para transmitir esse tipo de discurso, como por exemplo, o *jingle* “Eu sou o novo Maranhão”, que atende as características das audiovisualidades, uma vez que as encenações dos personagens, com imagens em movimentos, esboçam as “regras de formação” (Foucault, 2000), nas quais o indivíduo “se torna o sujeito no interior de audiovisualidades que, em seus deslocamentos, contará sempre a nossa própria história” (Milanez, 2019).

É neste aspecto que o *jingle* analisado apresenta tais características e por meio de audiovisualidades, mostram um sujeito inserido no interior das audiovisualidades, com uma diferença: apesar de contar uma história que o inclui, essa inserção visível só começa a aparecer durante a gestão deste governo. Esse sujeito não é o mesmo que a velha história apresenta, mas aquele que emerge na História Nova, o sujeito comum, que atua como protagonista no principal papel de representante das ações governamentais que mostram a proposta do cuidado do soberano para com a população.

Essa forma de encarar o discurso das audiovisualidades vem, primeiro, dos direcionamentos de Foucault acerca de domínios históricos de longa duração [...] também de histórias de curta duração, de microhistórias [...].

Foucault se ampara em uma História Nova que coloca no centro as descontinuidades os limites e as séries, evocando como protagonistas não mais os reis, rainhas, príncipes e princesas de uma história de soberanias da história tradicional, mas sujeitos vulgares, comuns, do dia a dia, como peças fundamentais da escrita da história. (Milanez, 2019, p. 13)

O sujeito destacado no *jingle* “Eu sou o novo Maranhão”, propagado pela mídia é um sujeito que acompanha a história de promessas e propostas de governos passados do Estado do Maranhão ao longo de sua existência. E a partir de como esse sujeito se insere no *jingle*, ele se torna também o objeto das audiovisualidades.

Como vimos anteriormente, as formações discursivas permitem a materialização de um discurso, e o indivíduo que se torna o sujeito representante no interior dessas propagandas, é apresentado em séries enunciativas como o sujeito que conta a história do Maranhão, por meio de uma regularidade, que Foucault apresenta acerca dos domínios históricos de longa duração. História Nova é o campo, que segundo Milanez (2019, p. 13), é onde Foucault explora e apresenta “as descontinuidades, os limites e as séries, evocando como protagonistas não mais os reis, rainhas, príncipes e princesas de uma história de soberanias da

história tradicional, mas sujeitos vulgares, comuns, do dia a dia, como peças fundamentais da escrita da história.”

Quando nos referimos a séries enunciativas⁵ para analisar quem é o sujeito que emerge como representante das ações governamentais e de que modo ocorre sua subjetivação nesse *jingle*, verificamos que por meio dessas séries, torna-se possível a constituição de um jogo de correlações audiovisuais nas quais esse sujeito ascende como protagonista, como representante das ações governamentais nos campos sociais presentes no discurso dessas séries enunciativas.

Pensar na delimitação de uma série enunciativa, estabelecendo seus quadros, “concerne aos artefatos da história que se ligam aos procedimentos de imagem, não a fixa” (Milanez, 2019, p. 13), mas aos procedimentos de uma imagem como produtora efêmera de uma verdade presente.

Ressaltamos que não nos comprometemos em analisar conceitos e funcionamentos das audiovisualidades em sua mais profunda funcionalidade, mas que cumpre frisar sua importância quanto à divulgação de imagens acompanhadas por sons que colaboram para a criação de uma memória histórica quanto ao momento político que serve de cenário para a veiculação dessas propagandas.

Quando pensamos em uma verdade presente, estamos nos referindo ao discurso presente no *jingle*, que é acompanhado de imagens e sons, e que certamente foi elaborado, pensado, planejado e produzido em um estúdio “cinematográfico”, a fim de se divulgar essa verdade como se ela fosse uma realidade social protagonizada pelo sujeito que representa as realizações e concretizações de promessas políticas do governo de Dino.

Todo o processo de apresentação desse sujeito faz parte de um jogo de manipulação para “descrever o modo de o sujeito ser mostrado sob as audiovisualidades na perspectiva de um movimento de câmara, da posição espacial que ele ocupa dentro de um quadro, de um ângulo que lhe é atribuído em relação ao cenário e outros personagens” (Milanez, 2019, p. 17).

Nesse sentido, é o objeto das audiovisualidades que é o alvo da descrição, não seu discurso, sempre incorporado, descontínuo e lacunar. O objeto das audiovisualidades é a materialidade do discurso, é aquilo que lhe dá um contorno (embaçado), fixa-lhe uma ordem (descontínua), para produzir um saber (sempre lacunar). É no reconhecimento das materialidades audiovisuais que chegaremos, no processo de

⁵ Quanto às séries enunciativas, podemos dizer que são as possíveis derivações advindas do enunciado reitor. São “certos grupos de enunciados” [...] “que podemos ver outros objetos, outros conceitos, ou outras escolhas estratégicas que podem ser formados a partir de regras menos gerais e cujo domínio de aplicação é mais específico”. (Foucault, 1987, p. 168) Referem-se à sequência de enunciados que, juntos, formam um campo de saber ou um discurso específico. Esses enunciados não são independentes ou isolados, mas estão conectados entre si por regras que organizam sua formação e repetição ao longo do tempo.

análise, à configuração de um objeto próprio do discurso, dando, certamente, “lugar a toda uma série de objetos de saber”(Milanez, 2019, p. 18 *apud* Foucault, 2000, p. 49).

Segundo Milanez, o foco da análise das audiovisuais não é o discurso em si, mas sua materialidade: imagens, sons e combinações que lhe dão forma, ordem e produzem saber, mesmo de maneira descontínua e lacunar. Essa perspectiva é útil para o capítulo “*Eu sou o novo Maranhão: entre passado e presente*”, pois permite compreender como o *jingle* publicitário, por meio da combinação de imagem e som, configura um objeto de análise próprio. A materialidade audiovisual evidencia a articulação entre passado e presente do governo, produzindo sentidos que vão além da simples enunciação verbal e revelando como as práticas discursivas e a comunicação midiática constroem um imaginário de renovação e legitimidade política.

3. “EU SOU O NOVO MARANHÃO”: ENTRE PASSADO E PRESENTE

Neste capítulo, apresentamos um acontecimento que provocou uma reviravolta na política maranhense: a eleição de Flávio Dino, a fim de compreender os rumos que tomaram a política no Maranhão nesse período.

3.1 Maranhão Novo: Propostas e idealizações de mudança e transformação

A política maranhense foi marcada, nos anos 60 por vários acontecimentos que incluem diversas articulações e manobras. Para contar essa história, não podemos falar diretamente de José Sarney sem antes falar de Vitorino Freire, a quem Sarney se apresentaria como opositor.

Nascido na Paraíba, Vitorino Freire (1908 – 1977) foi um articulador político que foi tecendo sua vida pública ainda na juventude. Nos anos 30, vinculou-se ao Partido Social Democrático (PSD), do Maranhão, e ficou responsável por sua organização para as eleições que aconteceriam no ano de 1934. Em julho do ano seguinte, Aquiles de Faria Lisboa seria eleito para o governo do estado pela Assembleia Constituinte maranhense. Aquiles Lisboa era candidato das Oposições Coligadas – formadas pelo Partido Republicano (PR) e a União Republicana Maranhense (URM) –, que derrotou o candidato pessedista Tasso de Miranda.

Em 1936, Vitorino Freire apoiou o movimento de ruptura com o Partido Republicano. Esse movimento foi promovido pela União Republicana Maranhense, que firmou aliança com o PSD e com a Liga Eleitoral Católica. Essa jogada política resultou na deposição de Aquiles Lisboa, pela Assembleia estadual, e em uma intervenção federal no estado. Em 14 de junho de 1936, foi nomeado interventor no Maranhão o major Roberto Carneiro de Mendonça. Mas o jogo político mudaria a direção dos ventos e, por indicação do presidente do Brasil, Getúlio Vargas, que presidia no período denominado de Estado Novo, a Assembleia elegeu Paulo Ramos como interventor federal, no dia 18 de julho, com a promessa de Getúlio de que manteria Vitorino afastado da política maranhense.

Com o enfraquecimento do Estado Novo, em 1945, Vitorino Freire, que estava residindo no Rio de Janeiro, retorna ao Maranhão, e participa da organização do novo PSD. Após esse momento, ele assume o papel de articulador e de oposição a Paulo Ramos, que pede exoneração do cargo de interventor. Como oficial administrativo do gabinete do ministro da

Educação e Saúde Clemente Mariani, Vitorino defendeu a aprovação de uma emenda de autoria do deputado udenista, Manuel Novais, e propôs que fosse prevista na Constituição a defesa e o desenvolvimento do vale do rio São Francisco. A emenda foi aprovada, e juntamente com ela foi feita a Comissão do Vale do São Francisco, responsável pela construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso. Tempos depois, Vitorino elegeu-se deputado federal. Vitorino Freire continuou a exercer seu mandato de deputado federal. Em 1947, durante a campanha para as eleições suplementares, Vitorino renunciou ao mandato de deputado federal para concorrer ao Senado. Por não concordar com a indicação de Genésio Rego ao cargo de governador do estado, Vitorino se afasta do PSD e propõe, juntamente com seus companheiros articuladores, a candidatura de Sebastião Archer. Esse afastamento o levaria a traçar outros caminhos, agora com o Partido Proletário do Brasil (PPB), que acolheu um grupo considerável de dissidentes do PSD. Após as eleições, o PPB propõe uma reorganização, resultando no Partido Social Trabalhista (PST). Desinteressando-se da nova agremiação, Vitorino reaproximou-se do diretório regional do PSD.

Na avaliação de José Ribamar Caldeiras, essas articulações revelam uma trajetória que dão a Vitorino Freire o poder político no Maranhão, no período compreendido entre os anos de 1947 e 1964, período denominado de vitorinismo. Com características mandonistas, típicas das oligarquias, os governadores eleitos nesse período seriam indicados por Vitorino⁶.

A política maranhense seria marcada, nos anos seguintes, por José Sarney, que também teria uma jornada longa no cenário local, mas também seria presença marcante no cenário nacional.

Conforme Guilhon (2007, p. 3),

A dinâmica do poder no Maranhão sofreu uma inflexão fundamental em 1965 com a eleição de José Sarney para o governo estadual, pelas Oposições Coligadas. Tal eleição foi um marco no declínio de Vitorino Freire, o qual por cerca de vinte anos (entre 1946 e 1964), deteve a supremacia na dinâmica política do Estado sustentando seu domínio no controle da máquina estatal, na onipresença da polícia e na manipulação eleitoral.

Jovem político promissor, José Sarney apresenta-se, nos anos 1960, como uma esperança de mudança. Ele surge no contexto político governamental como um expoente líder que se autodeclarava “um líder unido com o povo”. Em 1958, o crescimento político de Sarney ocorre com um discurso entusiástico de “propostas e projetos relativos ao Norte/Nordeste ou mais especificamente ao Maranhão.” (Pinto, 1982, p. 5)

⁶ As informações aqui apresentadas constam na Biografia do deputado federal Vitorino Freire, disponíveis em www.camara.leg.br

Como governador do Maranhão, entre 1966 e 1970, durante o regime militar, José Sarney faz uma denúncia nos seus primeiros pronunciamentos na Câmara Federal sobre “a situação de precariedade em que se encontra o Maranhão”, responsabilizando os governos anteriores. Também solicita recursos financeiros para a realização de obras de grande porte no Maranhão (Pinto, 1982, p. 26).

A solicitação para obras de grande porte introduz uma nova proposta de governo, que prometia o avanço e um progresso ancorado no *slogan* “Maranhão Novo”.

Sarney apresenta uma proposta de modernização e desenvolvimento e busca produzir um novo regime de verdade sobre/para o Maranhão: o Estado se desenvolveria em seu governo graças às mudanças que implementaria. Assim, ele reconfigura o campo do saber político local, apagando temporariamente o passado de alianças oligárquicas ao se posicionar como ruptura, mesmo sendo continuidade.

Ao prometer salvação e progresso, Sarney captura o desejo popular e o orienta, não por coerção direta, mas por adesão voluntária, como se fosse a única saída possível, o que Foucault chamaria de produção de subjetividades governáveis.

Do ponto de vista da propaganda política, observamos a evidência de uma estratégia clássica: a construção de um messianismo político, em que o candidato se apresenta como único capaz de redimir o povo de um passado marcado por opressão e atraso. Esse tipo de discurso opera por binarismos (passado atrasado x futuro moderno), simplifica a realidade para facilitar a adesão emocional e instrumentaliza a esperança coletiva (podemos ver esse mesmo messianismo político nas propostas governamentais bolsonaristas).

O eleitorado “desavisado” é aquele que consome esse discurso como verdade sem questionamento, o que revela o poder político na produção de consensos, mesmo quando envolvem contradições históricas.

Em sua gestão como governador, Sarney declarou que aquele era o momento de um “Maranhão Novo”.

A expressão MARANHÃO NOVO - já traduzia toda a conotação político-ideológica que orientaria o Governo de Sarney. E foi sob a égide de construir esse NOVO que se pautou seu Plano de Governo, assim como foi essa a diretriz que permeou todo o conteúdo de seu discurso, manifesta em projetos e realizações de seu Governo. (Pinto, 1982, p. 72).

Do progresso despontaria o NOVO, sinônimo de riqueza, bem-estar social, como se a potencialidade neles contida fosse suficiente para sufocar o subdesenvolvimento e a miséria. Sarney preconizava mudanças isentas de transformações. (Pinto, 1982, p. 72).

Sarney se consolidou como uma das maiores lideranças políticas do estado, exercendo forte influência na política maranhense por décadas. Houve poucos avanços em áreas como saúde, educação e desenvolvimento regional. Assim como Vitorino Freire, Sarney se fortaleceu, elegendo governadores dificultando a alternância de poder. De acordo com Caldeira (1978 *apud* 2007),

a crise que permitiu a Sarney o alcance da chefia do Executivo em oposição a Vitorino Freire, não se relacionou a processos de mobilização e organização políticas da sociedade civil, incompatível com as tentativas, empreendidas desde a década de 1950, de integração do Maranhão ao modelo capitalista que o Brasil adotara – ela tem raízes, na verdade, nos processos internos de luta dos grupos oligárquicos pelo comando político do Estado, além de corresponder aos desejos do Governo Central.

Para Guilhon (2007, p. 5), a eleição de Sarney representou uma ruptura na história política do Maranhão, sob condições que lhe conferem o caráter de uma vitória outorgada.

Durante cinco décadas, Sarney liderou as eleições, elegendo aliados (governadores, parlamentares, prefeitos) como sua filha, Roseana. Durante cinco décadas, a oposição tentou vencê-lo nas urnas. Muitos políticos surgiram com propostas de avanço e progresso.

3.2 Esse é o novo Maranhão: Mudança e transformação concretizadas no discurso oficial

Dentre os políticos da oposição que se destacaram na disputa contra a oligarquia Sarney está Flávio Dino.

Do ponto de vista histórico e político, sua eleição é um acontecimento marcado, midiaticamente, como uma das grandes vitórias de um candidato comunista de esquerda. Magistrado, professor, ex-advogado, Dino foi eleito em 2014 e reeleito em 2018 ao governo do Estado do Maranhão, rompendo, naquele momento, com o ciclo de poder da oligarquia Sarney. Flávio Dino desponta no Maranhão com um discurso amparado no “governo de todos”. Sua eleição foi um marco simbólico na política estadual, representando a vitória de um campo progressista após décadas de hegemonia conservadora. Em entrevista coletiva à imprensa maranhense, ele diz: “Hoje viramos a página do nosso estado. Finalmente entramos no século 21. Derrotamos para sempre o coronelismo e o regime oligárquico maranhense. Vamos viver um tempo democrático e republicano”⁷.

⁷ Conferir em <https://pcdob.org.br/noticias/12284/>

Oriundo do campo da esquerda, ligado ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), com histórico de atuação na magistratura e no movimento estudantil, Flávio Dino defende o combate à desigualdade social e à velha política oligárquica. Dentre suas propostas governamentais tem destaque o fortalecimento de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, segurança e infraestrutura; a criação de programas sociais como o Escola Digna, Mutirão Rua Digna, entre outros.

Em seu segundo mandato (2018-2022), o discurso político do então governador, já não era pautado apenas nas promessas de mudanças e transformações, mas sim em realizações e concretizações das promessas que há anos haviam sido apresentadas por governos anteriores, mas que até aquele momento ainda não haviam sido executadas.

Apesar de pertencerem a contextos históricos e políticos distintos, os *slogans* “Maranhão Novo”, de José Sarney, e “novo Maranhão”, de Flávio Dino, compartilham uma mesma estratégia discursiva: a promessa de ruptura com o passado e de inauguração de um novo ciclo de progresso. No entanto, ambos os projetos, embora travestidos de mudança, acabam reproduzindo em certa medida estruturas de poder já consolidadas. O uso da ideia de “novo” serve mais como uma estratégia retórica de legitimação política do que como expressão de transformações estruturais profundas apagando conflitos de classe, silenciando desigualdades históricas e apresentando o desenvolvimento como um bem comum e homogêneo.

O governo de Dino enfrentou críticas quanto à continuidade de práticas de centralização do poder, embora de perfil distinto ao dos grupos governamentais anteriores.

No cenário político e social contemporâneo, o discurso governamental desempenha papel central na construção das práticas que legitimam projetos políticos e consolidam regimes de verdade. O *jingle* publicitário “Eu sou o novo Maranhão” se destaca como uma prática discursiva que apresenta, a partir de um discurso de verdade, o cumprimento de promessas no Maranhão sob a gestão do governo Flávio Dino.

Construção de clínicas, hospitais, escolas, restaurantes populares, contratação de policiais, compras de viaturas, revitalização de vias públicas, construção de novas estradas, propostas de empregos, dentre outras ações, têm destaque no *jingle* e marcam a passagem do governo Flávio Dino na política maranhense no que diz respeito às ações governamentais dentro do Estado. Nacionalmente, nesse período o Maranhão também se destacou durante o contexto pandêmico da Covid-19. O Estado, sob a gestão de Flávio Dino, foi o primeiro a decretar lockdown, em atendimento a uma decisão tomada por ação do Ministério Público do Maranhão

(MPMA), tendo em vista um aumento no ritmo de crescimento do total de óbitos. A ação compreendeu os municípios da grande ilha: São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa, vigorando, inicialmente, pelo período de 10 dias, mas estendendo-se até o dia 17 de maio do mesmo ano. Graças ao lockdown, o Estado teve uma considerável redução no número de óbitos.

Paralelamente à gestão Flávio Dino, no campo político nacional, inicia-se, em 2019, o governo Bolsonaro, candidato de direita eleito presidente nas urnas em 2018, que se apresenta com propostas messiânicas, as quais configuram uma radicalização do poder autoritário.

O país estava vivendo os resultados negativos da pandemia de Covid-19, com milhares de mortes, em meio à falta de iniciativas de prevenção do governo Bolsonaro, o que aumentou o descontentamento e a rejeição da população.

O governo, sob a gestão de Bolsonaro, foi visto como negligente e imprudente, já que seu discurso durante a pandemia foi marcado por uma postura negacionista, que minimizava a gravidade do vírus e mostrava forte oposição a medidas restritivas. Em oposição a uma política de cuidado da população, Jair Bolsonaro minimiza a pandemia e se refere à Covid-19 como uma “gripezinha”. Também declarou que a mídia estava “superdimensionando o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas”.

Seus posicionamentos foram amplamente debatidos e geraram controvérsias tanto no Brasil quanto no exterior. Além dessas questões, sua postura crítica ao isolamento social foi contra o *lockdown* e medidas de restrição adotadas por governadores e prefeitos, argumentando que os efeitos econômicos seriam mais danosos que o próprio vírus.

Após o término do *lockdown*, o Maranhão observou uma redução significativa na taxa de crescimento de novos casos e na procura por atendimentos de emergência, indicando a eficácia da medida no controle da disseminação do vírus. A experiência do Maranhão serviu de referência para outros estados brasileiros que enfrentavam situações semelhantes, demonstrando a importância de ações coordenadas entre o Judiciário, o Ministério Público e o Executivo estadual no enfrentamento da pandemia.

A medida tomada por decisão judicial e implementada pelo governo estadual evidenciou o conflito entre os entes federativos e foi usada por Bolsonaro para criticar governadores e o STF, acusando-os de limitar sua autoridade. O caso do Maranhão acentuou a postura do governo federal de inação coordenada e intensificou a disputa política em torno do enfrentamento à pandemia.

Tais considerações nos levam a olhar para o *jingle* “Eu sou o novo Maranhão” como um regime de verdade que dá legitimidade à administração estadual como um agente transformador e responsável diante dos desafios estado. Personifica o estado maranhense expressando-se em primeira pessoa: “**Eu sou** o novo Maranhão”. Essa formulação estabelece uma identidade coletiva renovada, que se distancia do passado marcado por desigualdades e estagnação. Tal construção pretende simbolizar a efetivação de um projeto político pautado na ideia de transformação social e econômica, vinculando o progresso a uma narrativa de cumprimento de promessas. Nesse sentido, a letra do *jingle* destaca avanços em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, setores que ganham ainda mais relevância no contexto da pandemia da Covid-19.

A crise sanitária mundial acentua a importância de políticas públicas eficazes e de um governo comprometido com a proteção social. Embora o *jingle* não faça referência explícita à pandemia, a valorização dos investimentos em saúde pública sugere um discurso alinhado a um modelo de gestão responsável e inclusivo, em clara oposição às ações do governo federal, que foi amplamente criticado por posturas negacionistas em setores sociais durante o período. Essa oposição cria um discurso de resistência, no qual o Maranhão se posiciona como um exemplo de governança progressista e cuidadosa.

4. “GOVERNO E POVO - O NOVO MARANHÃO NUM CAMINHO NOVO”: UM DISCURSO PRODUTOR DE UMA VERDADE PRESENTE

Este capítulo apresenta uma análise do *jingle* “Eu sou o Novo Maranhão”, a fim de observar como o sujeito das ações governamentais se subjetiva. O *jingle* produz um regime de verdade sobre o Maranhão como um Estado que viveu, no primeiro mandato de Flávio Dino, uma transformação positiva e socialmente responsável e no segundo mandato estava colhendo os frutos do trabalho realizado.

4.1 O *jingle* “Eu sou o novo Maranhão”

O *jingle*, como peça publicitária, divulga as ações do governo. Em formato de vídeo, sua estrutura contribuiu para fixar na memória do ouvinte a melodia e a letra de um discurso que promovia o governo do Estado a um agente que cumpriu as promessas feitas em campanha.

O *jingle*, também denominado de recurso audiovisual, está associado a imagem e som, com forte apelo emocional e de fácil memorização. Ele combina letra, música e se fixa na memória coletiva, por ser curto, potencializando o alcance e a identificação com o público. Enquanto um produto político e governamental, o *jingle* “Eu sou o novo Maranhão” desempenha seu papel publicitário de promover uma verdade sobre o governo de Dino como aquele que cumpriu promessas de campanha⁸. Isso é feito por meio de uma governamentalidade e biopolítica que se vale de técnicas e estratégias que demonstram o cuidado com a vida da população e ao mesmo tempo gera subjetividades.

Como um enunciado reitor, *novo Maranhão*, que compõe o slogan *Eu sou o novo Maranhão*, nos possibilita compreender o modo como os saberes são constituídos e como formam redes de discursos, o que nos permitirá analisar o feixe de relações na análise de determinadas regras de formação discursiva.

A análise que empreendemos apoia-se no fato de que todo enunciado abarca um campo de elementos enunciativos que o antecede, mobilizando a memória e o esquecimento na retomada, redistribuição, reorganização e deslocamento de um passado enunciativo, no qual

⁸ Vale lembrar que o *jingle* foi divulgado no segundo mandato de seu governo.

promover o crescimento do Estado com base em políticas de desenvolvimento no âmbito dos direitos humanos e sociais, economia, educação e cultura, habitação, infraestrutura, meio ambiente e agronegócio, saúde, segurança pública tornou-se parte de um dispositivo de poder que visava ao governo dos vivos.

Eis a letra:

Eu sou o novo Maranhão

Quando a nossa gente fez uma corrente e deu as mãos
Fez acontecer um novo momento e nasceu o Novo Maranhão
Com o governo e o povo juntos construindo um caminho novo
Com mais esperança em cada olhar
Que sabe que vale a pena acreditar
No trabalho que fez nossa vida mudar
Com mais polícia andando nas ruas,
Escola, carinho, cuidado e cultura.

Esse é o novo Maranhão

A saúde chegou onde ninguém sonhava
Melhores empregos e novas estradas

Esse é o novo Maranhão

Por isso que hoje eu bato no peito
E digo pro mundo que eu quero respeito

Eu sou o novo Maranhão

Por isso que hoje eu bato no peito
É o governo com o povo que faz bem-feito

Eu sou o novo Maranhão

Governo com o povo, o Maranhão num caminho novo

Eu sou o novo Maranhão

Fonte: <https://youtu.be/EVF1oSJc6lM?si=eUjuZH6L9KI1eQJW>

Figura 1- Refrão *do jingle* “Esse é o novo Maranhão”



Fonte: <https://youtu.be/EVF1oSJc6lM?si=BrRQiH2219af7VAi>

No enunciado “Eu sou o novo Maranhão” há uma declaração positiva. Quem diz *Eu sou* tem orgulho de dizer, de mostrar quem é. Para Foucault (2008), a análise do referencial não deve supor que haja uma relação estreita entre as palavras e as coisas, no sentido de assim definir algo similar à relação significante/significado, proposição/referente ou frase/sentido. Sobre esse enunciado que traz em si a voz do governo estadual podemos questionar quais as leis de possibilidade que tornam possível essa designação, essa auto nomeação. E então vale demarcar o acontecimento histórico – a reeleição de Flávio Dino (2019-2022) – como elemento que possibilita o aparecimento desse enunciado. Trata-se da reeleição de um candidato de esquerda cuja proposta era a de acabar com o atraso do Maranhão com um programa de governo que traria desenvolvimento.

O enunciado *Eu sou o novo Maranhão*, que intitula o *jingle* tem sua continuidade na letra que analisamos durante este capítulo. O *jingle* propõe, em sua composição que reúne letra, música, imagens mostrar a positividade de dizer *Eu sou*:

*Quando a nossa gente fez uma corrente e deu as mãos
Fez acontecer um novo momento e nasceu o Novo Maranhão
Com o governo e o povo juntos construindo um caminho novo.*

No âmbito das modalidades enunciativas, o sujeito – que aqui denominamos sujeito das ações governamentais – apresenta uma narrativa apoiada na mudança. Considerando que todo enunciado se dá em um campo de elementos enunciativos que o antecede, implica dizer que ele faz funcionar uma memória e um esquecimento na retomada, na redistribuição, na reorganização e no deslocamento de um passado enunciativo.

Para entender a formação desse “novo Maranhão”, é necessário retomar o arquivo que compõe a formação desse saber. O *novo* se opõe à ideia de um *velho Maranhão*, que tem suas bases fincadas em um governo oligárquico, que se concentra nas mãos de poucos.

Esse *novo Maranhão* a que o *jingle* faz referência se opõe ao regime controlado por um número reduzido de indivíduos e por determinados setores sociais. Esse enunciado se sustenta em regras sócio-históricas que ao mesmo tempo retoma e inaugura um novo dizer. No governo de Sarney, que se opunha a uma outra oligarquia (de Vitorino Freire), também se falava em um Maranhão que traria mudanças e desenvolvimento: o Maranhão novo. O *jingle* “Eu sou o novo Maranhão” retoma elementos enunciativos que o antecedem, mas inaugura um novo dizer: o novo Maranhão nasceu da vontade do povo.

Em *Maranhão novo*, slogan utilizado por José Sarney, a palavra “novo” se apresentava como uma promessa de transformação, inaugurando uma temporalidade no sentido

de deslocar um estado atual das coisas para uma possibilidade desejável criando um discurso que tinha por objetivo projetar uma visão de progresso. No slogan de Flávio Dino, *novo Maranhão*, a palavra “novo” produz uma visão de progresso alcançado, já realizado.

O verbo empregado no passado (*Fez acontecer um novo momento e nasceu o Novo Maranhão*) realiza a ação de fazer acontecer o novo Maranhão. Ele “segue o ritmo da acontecimentalização da mudança política e instaura um efeito de ruptura e inovação” (Voss & Navarro, 2013, p. 107) com a eleição de Flávio Dino.

O *novo Maranhão* acontece segundo uma nova regra de formação, tendo em vista uma outra função enunciativa: quem enuncia é um sujeito que se apresenta como autor e ator de uma promessa cumprida. As condições de existência dessas regras de formação são outras, o sujeito é outro: esse enunciado é dito em um outro momento, um momento de mudança em que a oligarquia ficou para trás.

Como um elemento da história, o funcionamento discursivo, atravessado pela ordem da dispersão, torna atual a proposta de Foucault (1996, p. 26) de que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. Atravessada pela ordem da dispersão, o novo momento inaugurado pelo enunciado *novo Maranhão* é um novo governo, um governo de esquerda, o governo que se apresenta como sendo o governo da mudança, da ruptura com a oligarquia, que não precisou do apoio da direita para se eleger, e que buscou apoio em partidos de esquerda. Um governo que transformaria, junto com “nossa gente”, o velho em novo, que não ficaria nas mãos de poucos, de uma família, mas que seria do povo, que seria realizado pela gente que fez uma corrente e votou pela mudança. Como resultado dessa corrente feita pelo povo do Maranhão e o governo (*Com o governo e o povo juntos construindo um caminho novo*), que possibilitou ao Estado se transformar, foi possível a esse sujeito (*Eu sou*) se subjetivar a partir dessa união.

O *jingle* “Eu sou o novo Maranhão” reúne imagem e som e acontece por meio de um apelo emocional – que se realiza em um conjunto de recursos – os quais sugerem sentimento de acolhimento, de cuidado com a saúde, cuidado com a segurança, cuidado com a educação, com o desenvolvimento do Estado e que resulta no cuidado com a população. As imagens iniciais que acompanham os primeiros versos são a de um profissional da saúde acolhendo uma paciente em uma sala que lembra um ambulatório.

Figura 2 – Representação das ações governamentais, Maranhão em transformação -I: Parceria entre governo e povo



Fonte: Banco de imagens do Governo do Maranhão, Instagram 2022

Figura 3- Representação das ações governamentais, Maranhão em transformação -II: nascimento de um novo Maranhão



Fonte: Banco de imagens do Governo do Maranhão, Instagram 2022

Essa videografia capta um momento de cuidado com a gente do Maranhão. Ela produz um cenário audiovisual que se inscreve em regras de formação determinadas no tempo: a formação de um discurso do cuidado que se realiza em um governo que se mostra presente na vida do povo.

Essa prática discursiva do cuidado com o povo, que se repete ao longo do *jingle*, mostra o corpo como uma realidade biopolítica: é exercida sobre ele uma disciplina, não pela violência ou repressão, mas por meio de uma positividade, de um cuidado. Nas Figuras 2, 3 e 6 a biopolítica se apresenta pelo cuidado com a saúde do maranhense.

Há um apelo visual e emocional construído pela composição da imagem, iluminação, gestos e expressões corporais. Esses elementos são centrais para produzir uma audiovisualidade que legitima um determinado modo de ver e sentir o Estado e seus serviços.

O povo ganha o papel de protagonista da mudança. E isso vai sendo enunciado como um lembrete de que o povo do Maranhão, *Com mais esperança em cada olhar*, vê a transformação e o desenvolvimento acontecendo.

Vejamos um outro trecho do *jingle*:

Com mais esperança em cada olhar
Que sabe que vale a pena acreditar
No trabalho que fez nossa vida mudar
Com mais polícia andando nas ruas,
Escola, carinho, cuidado e cultura.

Esse é o novo Maranhão

O sujeito das ações governamentais vai se subjetivando em meio a um discurso que põe o povo em evidência no novo governo: *Com mais esperança em cada olhar / que sabe que vale a pena acreditar / No trabalho que fez nossa vida mudar*. O uso do verbo fazer no passado (*No trabalho que **fez** nossa vida mudar*) produz um discurso de mudança já realizada. O novo Maranhão é real.

Assim como a candidatura de José Sarney foi sendo pautada na ruptura com outra oligarquia, a de Vitorino Freire, e propunha um discurso do novo, a campanha de Flávio Dino propõe uma nova mudança: um discurso do novo de novo.

No arquivo da mudança, há um sistema de enunciabilidade que se encarrega de prover as formas de existência desse enunciado. A verdade desse enunciado vai sendo ilustrada e realizada: *com mais polícia andando nas ruas/ Escola, carinho, cuidado e cultura*. O uso do verbo no gerúndio (*andando*) mostra e atualiza a ação do governo: o cuidado com a segurança dos maranhenses está sendo colocada em prática. As imagens 4 e 5 mostram novas viaturas e motos policiais e a do Instituto Estadual do Maranhão - IEMA:

Figura 4- Representação das ações governamentais, Maranhão em transformação -III: Mais viaturas e mais segurança para o povo



Fonte: Banco de imagens do Governo do Maranhão, Instagram 2022

Figura 5 - Representação das ações governamentais, Maranhão em transformação -IV: construção de novos centros educacionais integrais



Fonte: Banco de imagens do Governo do Maranhão, Instagram 2022

O referencial, como um dos elementos da função enunciativa, diz respeito ao conjunto de regras, condições e elementos que determinam a existência de um enunciado e seu sentido em um determinado contexto discursivo. O referencial se liga às condições históricas e sociais que possibilitam sua emergência e interpretação (Foucault, 1987). As imagens de viaturas e motos, e do Instituto Estadual do Maranhão, assim como todas as imagens que aparecem na videografia, são uma referência que pretende comprovar a mudança.

As condições históricas e sociais que tornam possíveis a emergência do *jingle* “Eu sou o novo Maranhão” se dá pela “nova” forma de fazer política no Estado. A função sujeito assume o enunciado “Esse é o novo Maranhão” como uma verdade que se tornou real na vida do povo maranhense: o Maranhão que todos esperaram já não é mais um sonho e isso pode ser visto pelas realizações do governo, pelo seu cuidado com o povo.

Esse é o novo Maranhão produz um discurso de verdade em que o passado é desvalorizado ou reduzido a um elemento do qual se deve distanciar, gerando uma construção de “verdade” associada ao progresso e à modernidade: a saúde, a segurança, novas escolas, cuidado, cultura. A biopolítica é exercida pelo cuidado com a segurança dos maranhenses (Figura 4), pelo cuidado com a educação (Figura 5).

A Figura 4 apresenta uma formação ordenada de viaturas e motocicletas policiais, sugerindo disciplina, força estatal e presença ostensiva do poder público. Essa imagem ilustra como o controle, a segurança e a vigilância são estratégias para produzir uma população dócil, segura e funcional. Essa estética da organização policial representa um regime de visualidade que regula comportamentos por meio da visibilidade da autoridade.

Pela perspectiva das audiovisualidades (Milanez, 2019), essa cena pode funcionar como um dispositivo de persuasão da população sobre o Estado. Ela se insere no domínio de

uma positividade que associa o policiamento à ideia de progresso e proteção, naturalizando a presença estatal como benéfica e necessária. Isso opera na formação de subjetividades que aceitam (ou desejam) a vigilância como forma de cuidado coletivo. O sujeito governamental que exerce essa função enunciativa sugere o cuidado com a segurança dos maranhenses. O ano de 2013, que antecede o primeiro mandato de Dino, registrava altos índices de violência no Maranhão. As notícias dessa violência alcançaram a mídia nacional. Uma delas trazia a seguinte manchete: “Número de homicídios cresce 460% em 13 anos no Maranhão” (Exame, 08.01.2014). Essa notícia destaca como um dos fatores de crescimento da violência o fato de o Maranhão ter “a menor relação de policiais por habitantes no Brasil”.

Uma das grandes críticas feitas por Flávio Dino ao governo de Roseana Sarney foi em relação à segurança pública. Durante o mandato da governadora houve uma grande rebelião em Pedrinhas, presídio de segurança máxima do Estado. As atenções da mídia brasileira se voltaram para o Maranhão, que virou manchete dos principais jornais do Brasil, diariamente. A revista *Veja* (04/01/2014)⁹ publicou matéria – *Pedrinhas: a barbárie em um presídio fora de controle* – destacando a barbárie da rebelião: a quantidade de presos assassinados de forma grotesca alcançava o número de 67. Mas o pior estaria por vir. A violência não se concentrou no interior do presídio; uma onda de ataques ordenados por presos provocou o incêndio de quatro ônibus em São Luís, vitimando civis; uma delegacia foi alvo de tiros e um policial foi assassinado. A Polícia Militar e a Polícia Civil aumentaram o efetivo nas ruas para conter a violência. A matéria da *Veja* destacava que a governadora Roseana tinha um prazo para responder ao procurador-geral da república, Rodrigo Janot, sobre a crise que ela não conseguia conter no complexo penitenciário. E a matéria destacava o papel de Janot, que poderia acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) por uma intervenção federal no presídio. E foi o que aconteceu. Um relatório, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), após uma inspeção feita no presídio concluiu o seguinte, segundo a *Veja*: “uma penitenciária superlotada controlada por facções criminosas e um governo omissos e ‘incapaz de apurar, com o rigor necessário, todos os desvios por abuso de autoridade, tortura, outras formas de violência e corrupção praticadas por agentes públicos’”.

Nesse sentido, o *jingle*, ao mostrar imagens da aquisição de novas viaturas e motos, sugere que a presença de policiais nas ruas visa o combate à violência e visa a segurança da população.

⁹ Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/politica/pedrinhas-a-barbarie-em-um-presidio-fora-de-controle/>

A Figura 5 mostra uma jovem em ambiente escolar moderno e estruturado, com a marca institucional visível (IEMA). A governamentalidade se expressa aqui pela biopolítica, no sentido em que o Estado atua diretamente sobre a vida, investindo na formação dos corpos e mentes por meio da educação. A juventude aparece como foco da ação governamental, com o discurso de transformação individual que faz ecoar o ideal neoliberal de empreendedorismo de si. A biopolítica se revela na produção de corpos dóceis e úteis, por meio de currículos, avaliações, disciplinas e políticas de inclusão. A escola, como dispositivo de normalização, é um espaço onde o saber e o poder se articulam para formar cidadãos ajustados às demandas do Estado e do mercado, conforme podemos ver na Imagem 5, que é de uma aluna do IEMA – Instituto de Educação do Maranhão. Inspirado no Instituto Federal de Educação, o IEMA foi criado em 2 de janeiro de 2015, no governo de Flávio Dino, com o objetivo de oferecer ensino médio, técnico e superior. O IEMA oferece educação em tempo integral e integra ensino, pesquisa e extensão na área tecnológica, ampliando a oferta de educação profissional, científica e tecnológica no Maranhão. Na imagem, a projeção é a de uma realização no campo educacional para os jovens do Maranhão.

Nesse mesmo bloco do *jingle*, que ressalta “cuidado e cultura”, há sons de matracas do bumba meu boi, que provocam um forte apelo emocional no ouvinte. A matraca é um instrumento de percussão feito de dois pedaços de madeira retangulares. Para produzir som e ritmo são batidos um contra um outro e dão aos grupos de bumba-meu-boi a denominação sotaque da ilha ou sotaque de matraca ou ainda sotaque da baixada.

O Bumba Meu Boi do Maranhão é festa popular, que foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em dezembro de 2019, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Esse reconhecimento foi atribuído pelo Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que se reuniu em Bogotá, na Colômbia. O Bumba Meu Boi, que possui o seu ponto mais alto em junho, celebra o ciclo de vida do boi em forma de apresentação teatral, com dança, música e fé. Importante manifestação da cultura maranhense, ele tem seu destaque, no *jingle*, pelos sons das matracas e ressalta o lugar da cultura popular maranhense.

O efeito audiovisual torna evidente um apelo emocional. Ao conectar elementos sonoros, visuais e rítmicos com memórias e identidades coletivas, o *jingle* constrói uma afetividade na tentativa de engajar o povo maranhense a se reconhecer como beneficiário das ações governamentais, resultando em um estreitamento dos laços de identificação e simpatia com o governo e suas realizações. Segundo Lucien Febvre (1985, p. 219), as emoções são

contagiosas. E se manifestam de um modo determinado pelas experiências da vida comum. Entre as emoções que envolvem os sujeitos, podemos situar no âmbito desta pesquisa os afetos provocados pelas imagens e sons do jingle *Eu sou o novo Maranhão* que possibilitam ao maranhense se reconhecer como parte dessas realizações.

Em:

A saúde chegou onde ninguém sonhava
Melhores empregos e novas estradas
Esse é o novo Maranhão

Figura 6- Representação das ações governamentais, Maranhão em transformação -IV: saúde para a população em geral



Fonte: Banco de imagens do Governo do Maranhão, Instagram 2022

Figura 7- Representação das ações governamentais, Maranhão em transformação -V: novas estradas construídas



Fonte: Banco de imagens do Governo do Maranhão, Instagram 2022

Ao dizer *A saúde chegou onde ninguém sonhava* e mostrar a imagem (Figura 6) de uma senhora em uma casa simples – que sugere ser um lugar distante de centros urbanos – sendo atendida por uma outra senhora que lhe afere a pressão arterial, o sujeito produz uma memória filiada a propagandas políticas e partidárias de esquerda que se apresentam como socialmente responsáveis. Sugere que somente agora, nessa gestão governamental, o povo que

reside nos lugares mais distantes do Maranhão teve atenção do gestor público estadual para com a saúde. Somente agora o povo foi atendido, corroborando o discurso de transformação sofrida na política maranhense que vem sendo demonstrada ao longo do *jingle*.

A verdade produzida sobre o novo Maranhão vai tendo uma regularidade. *Esse é o novo Maranhão* (re)atualiza uma memória no ouvinte, como se dissesse: veja, *agora* existe esse novo Maranhão; ele não é mais apenas uma promessa de campanha, é uma realidade. E esse novo Maranhão cobra reconhecimento.

O título e o refrão repetitivo "*Eu Sou o Novo Maranhão*" são marcados por um uso estratégico da primeira pessoa do singular, que convida o público a se identificar e se inserir como participante dessa história de mudança repetida nesse enunciado. A função enunciativa é ocupada pelo Estado e pelo povo do Maranhão: *nós todos que fizemos uma corrente e juntamos as mãos podemos dizer "eu sou o novo Maranhão"*. Nesse sentido, o "Eu" se torna representativo não apenas de um sujeito único, mas do Maranhão como um todo. Essa construção implica que o coletivo está diretamente envolvido no processo de transformação e renovação, gerando um vínculo emocional com a ideia de mudança e desenvolvimento. O poder de definir o Maranhão através do "Eu" produz uma subjetividade coletiva.

Essa demarcação de seu lugar no discurso, coloca o sujeito como aquele que participa do jogo das relações de poder em que o discurso ocorre: no modo como o sujeito enuncia (eu sou: enunciado pelo governo do Maranhão) e que coloca o povo (sujeito ouvinte do *jingle*) a se subjetivar ao cantar o *jingle*.

Nas propagandas governamentais (no caso em análise o *jingle*), o estatuto do sujeito que fala está estreitamente vinculado ao Governo Estadual e, por essa razão, há um "direito regulamentar" e "juridicamente definido" (Foucault, 2009b, p. 57)

O sujeito é uma categoria móvel, fluida.

O sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo [...]. Trata-se de um ser sujeito não fundado em uma individualidade, em um eu individualizado e sem existência em um espaço social [...], em um dado momento histórico e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social (Fernandes & Santos, 2004, p. 33).

Como é característico da prática discursiva, o *novo Maranhão* opera deslocamentos discursivos. O enunciado "Eu sou o novo Maranhão" não fica só na instância discursiva pois promove uma verdade sobre o Maranhão como um estado em constante renascimento. O discurso de modernização e do "novo" apresenta o Maranhão como um Estado que superou limitações passadas e se direciona para um futuro de sucesso. Nesse jogo de memórias e esquecimentos, essa "verdade" apaga ou minimiza conflitos históricos, econômicos e sociais,

como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Maranhão, em 2021, que foi de 0,676, segundo o G1, o que colocou o Estado em situação de menor IDH do Brasil.

No contexto da publicidade, os *jingles* atuam como veículos poderosos de memorização e disseminação de valores. A combinação de uma melodia cativante e de um enunciado otimista ajuda a consolidar imagens de um governo que se propõe ser parceiro do povo, e assim acaba influenciando as percepções públicas de forma quase subliminar.

A biopolítica se exerce na Figura 7 por meio do cuidado com a segurança e com o desenvolvimento econômico que se realiza com o serviço de pavimentação de estradas, exibido no *jingle*. Essa sempre foi uma antiga demanda da população, que se viu, por décadas, isolada com a falta de estradas pavimentadas no Estado. No ano de 2021, o jornal O Estado do Maranhão¹⁰ (07.12.2021), jornal de oposição ao governo de Flávio Dino, publicou matéria intitulada *Quase 80% da malha rodoviária no Maranhão apresentam algum tipo de problema*. No mesmo ano, quatro meses antes, o Jornal Pequeno¹¹ (03.08.2021) já havia publicado matéria intitulada *Maranhão encaminha ofício ao Governo Federal para ajudar a recuperar rodovias no Estado*.

"*Eu Sou o Novo Maranhão*" revela uma forte manipulação de um discurso do poder. Não se trata de uma estrutura política, um governo, uma classe social dominante, o mestre frente ao escravo etc., mas sim de relações humanas, cujas verdades sobre o estado são construídas a partir de um discurso de modernização e superação. Segundo Foucault (2001):

[...] nas relações humanas, qualquer que sejam - que trate de comunicar verbalmente, como fazemo-lo agora, ou que se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas -, o poder continua presente: eu quero dizer a relação na qual um quer tentar dirigir a conduta do outro. Estas são, por conseguinte, relações que se pode encontrar em diversos níveis, sob diferentes formas; estas relações de poder são relações móveis, ou seja elas podem alterar-se, elas não são dadas de uma vez para sempre (Foucault, 2006, p. 274).

Outro ponto de atenção quanto à vontade de verdade é a ideia de um “novo” Maranhão, que pode ser compreendida como uma retomada discursiva das raízes da política maranhense em relação às propostas de transformação e progresso. O enunciado “Eu sou o novo Maranhão” retoma o discurso de outras propostas governamentais que tinham como objetivo promover uma verdade sobre uma nova imagem que apresentava o Maranhão como um estado que adentrava na era da modernização e do desenvolvimento socioeconômico.

¹⁰ O jornal O Estado do Maranhão faz parte do Sistema Mirante de Comunicação, de propriedade da família Sarney.

¹¹ O jornal Pequeno sempre se colocou como um jornal de oposição à família Sarney.

Por isso que hoje eu bato no peito
E digo pro mundo que eu quero respeito
Eu sou o novo Maranhão

Por isso que hoje eu bato no peito
É o governo com o povo que faz bem-feito
Eu sou o novo Maranhão

Governo com o povo, o Maranhão num caminho novo
Eu sou o novo Maranhão

O *jingle* atua como superfície de emergência desse novo Maranhão. Os elementos que estão na base das modalidades enunciativas (o estatuto do sujeito que fala, os lugares institucionais a partir dos quais o sujeito fala e a posição do sujeito) promovem as perguntas: quem fala? quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? quem é seu titular? quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (Foucault, 1987, p. 57)

No *jingle* em análise, que é uma propaganda governamental, o estatuto do sujeito que fala se vincula ao Governo Estadual e, nesse caso, há a comprovação de um “direito regulamentar” e “juridicamente definido” (Foucault, 1987, p. 57) e ao povo que se subjetiva também como agente da mudança.

O sujeito das ações governamentais tem orgulho de se mostrar transformado: *Por isso que hoje eu bato no peito / e digo pro mundo que eu quero respeito / Eu sou o novo Maranhão*. Ao enunciar esse orgulho de ser um novo estado e mostrar quem ele é. E que ele caminha com o povo num caminho novo e quer ser reconhecido mundialmente. Em um caminho com emprego para o povo, com igualdade social. Um caminho com saúde que chega para toda a população; um caminho com segurança. E esse caminho não é feito sozinho para o povo; é feito com o povo.

Figura 8- Representação das ações governamentais, Maranhão em transformação -V: Orgulho de ser o novo Maranhão



Fonte: Banco de imagens do Governo do Maranhão, Instagram 2022

O *jingle* "Eu sou o novo Maranhão" é uma prática discursiva que intervém na formação da subjetividade e na regulação de comportamentos. Sua análise permite compreender como enunciados publicitários podem atuar como instrumentos de poder, definindo modos de ser e agir. Através da repetição ele constrói uma narrativa na qual os sujeitos se tornam agentes de um projeto de mudança, ao mesmo tempo em que são conduzidos por um discurso normativo que orienta suas práticas e percepções sobre si mesmos e sobre o coletivo.

Nesse sentido, "Eu sou o novo Maranhão" atua como um dispositivo discursivo que produz subjetividades e regula comportamentos. Através desse discurso um ideal de mudança é criado, e os sujeitos são convocados a se reconhecerem nele.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho procuramos responder como o sujeito emerge no *jingle* “Eu sou o novo Maranhão” – produzido pelo governo estadual e divulgado na mídia local – como ele se subjetiva.

O sujeito das ações governamentais, função enunciativa vinculada ao governo do Estado, fala desse lugar institucional. E ao falar desse lugar, se apresenta como aquele que faz acontecer o novo Maranhão, que dá esperança ao povo (*Com mais esperança em cada olhar/Que sabe que vale a pena acreditar*), que faz o povo acreditar que o trabalho deu resultado (*No trabalho que fez nossa vida mudar*). É aquele que garante segurança (*Com mais polícia andando nas ruas*), educação, carinho, cuidado e cultura (*Escola, carinho, cuidado e cultura*). O sujeito das ações governamentais é aquele que oferece a todos saúde, empregos e estradas pavimentadas (*A saúde chegou onde ninguém sonhava/Melhores empregos e novas estradas*).

Esse sujeito é aquele que cuida, que dá oportunidades, que permite aos maranhenses uma mudança de vida. É aquele que transforma a realidade da população mais carentes porque leva a saúde a essa gente aos lugares mais distantes do Estado.

Esse é o sujeito que bate no peito e se reconhece como realizador de promessas (*Por isso que hoje eu bato no peito*) e que como tal exige respeito (*E digo pro mundo que eu quero respeito*) e que por esse motivo se apresenta (*Eu sou o novo Maranhão*) como sujeito das ações governamentais. É um sujeito que realiza com o povo (*É o governo com o povo que faz bem-feito*).

Esse novo Maranhão mostra suas realizações, transformações e desenvolvimento. Ao ser divulgado na mídia por meio de um recurso audiovisual, o *jingle* é compreendido como um dispositivo discursivo que reforça a narrativa de um Maranhão transformado e próspero, buscando convencer a população e legitimar o poder político por meio da criação de uma verdade coletiva. Ao invocar o “novo”, ele não só evoca mudança, mas sugere que essa transformação é positiva, contínua e, de certa forma, inevitável. Esse discurso de verdade instala-se na esfera pública como uma representação verdadeira e amplamente compartilhada, apresenta uma vontade de verdade oficial que pretende instalar uma crença na capacidade do governo de transformar a realidade maranhense, colocando-a no *status* de concretização dessa transformação.

Esse recurso discursivo funciona como um meio de apresentação dos resultados da ação coletiva entre o governo e o povo, reforçando a ideia de que essa parceria é fruto de uma relação de saber-poder, em que o governo se apresenta como aquele que cuida do bem-estar da população, levando-a a se submeter voluntariamente às suas normas de vigilância e cuidado.

Esse sujeito das ações governamentais é fundador de uma vontade de verdade que rompe com aquela verdade de outros governantes, pois agora ele não se centraliza naquele que ocupa o cargo de governador; ele é o Estado, que se subjetiva com a população como o sujeito dessas ações.

Esse sujeito produz uma combinação estratégica de técnicas de poder e saber para gerir a vida coletiva. A governamentalidade não se centraliza unicamente no governo institucional. Esse processo envolve técnicas que moldam condutas e produzem sujeitos dentro de determinadas racionalidades políticas.

A população maranhense também cumpre uma função enunciativa ao se subjetivar, ao participar da mudança. As técnicas da saber e poder buscam a adesão da população ao projeto político de Dino.

“Eu sou o novo Maranhão” funciona como uma técnica de gerir não só o comportamento dos indivíduos, como também desperta na população o sentimento consciencioso de que as ações governamentais visam o desenvolvimento e o progresso do Estado, ou seja, visam o seu bem-estar.

O sujeito das ações governamentais é agente de uma transformação positiva, que **melhora a vida dos indivíduos** por meio de benfeitorias no campo da economia, da segurança pública, da saúde e da infraestrutura do estado. É o governo, com suas estratégias biopolíticas, que colabora com a geração de mais empregos, promovendo a mudança da qualidade de vida da população.

Assim também ocorre com a enunciação *"com mais polícia andando nas ruas"*, pois podemos perceber a construção de um discurso de verdade que utiliza a segurança pública como um pilar para legitimar a ação governamental e reforçar uma percepção de ordem e progresso. Nesse sentido, isso implica dizer que há mais segurança agora, no governo de Flávio Dino. Essa associação reflete um saber amplamente aceito na saúde e da infraestrutura do estado. É o governo, com suas estratégias biopolíticas, que colabora com a geração de mais empregos, promovendo a mudança da qualidade de vida da população, pois ao enunciar “no trabalho que fez nossa vida mudar”, percebe-se que a ação governamental é transformadora, construindo a ideia de que o governo é responsável por essa mudança benéfica.

Assim também ocorre com a enunciação "*com mais polícia andando nas ruas*", pois podemos perceber a construção de um discurso de verdade que utiliza a segurança pública como um pilar para legitimar a ação governamental e reforçar uma percepção de ordem; há mais segurança agora, ou seja, nesse novo momento. Essa associação reflete um saber aceito por parte da sociedade: a de que a presença policial significa prevenção de crimes e proteção para os cidadãos. Assim, a população usufrui de sua participação ao receber do governo esse cuidado mais ostensivo da polícia andando nas ruas.

A relação entre o governo e o povo se insere em uma governamentalidade e uma biopolítica que se apresentam como uns fatores colaborativos, uma vez que o governo não é visto separado da população, mas como um parceiro ativo na condução da sociedade. Nesse sentido, o discurso político não se limita a regras, mas mobiliza o desejo da população em torno da ideia de progresso, segurança e modernização. Esse é um aspecto fundamental da governamentalidade: não apenas governar, mas fazer com que os governados desejem ser governados.

A audiovisualidade constrói uma imagem de futuro esperançoso e controlado, em que o sujeito é apresentado como produtivo, instruído e engajado: um investimento visual e simbólico no capital humano. Assim, o vídeo promove uma subjetividade desejável: jovem, estudiosa, disciplinada e inserida nas políticas públicas que se apresentam como transformadoras (Imagem 5).

Já "Melhores empregos e novas estradas" aponta para um modelo de governamentalidade que associa infraestrutura à ideia de progresso, induzindo sujeitos a se verem como beneficiários de um projeto coletivo.

Todas as imagens analisadas capturam cenas cuidadosamente construídas que projetam uma estética de progresso, cuidado e pertencimento. Isso se inscreve em uma tecnologia de poder que opera não pela força, mas pela sedução e convencimento. E essa ideia de progresso e cuidado é resultante do uso de trilhas visuais e sonoras que funcionam como dispositivo que atuam sobre as percepções e emoções da população, naturalizando certas formas de governo e apagando resistências.

A função enunciativa opera por meio de uma responsabilização coletiva, característica das técnicas de governo neoliberal. O governo se apresenta como parceiro da população e não apenas como gestor e, assim, forma condutas desejáveis.

É possível observar, no feixe de relações que esse enunciado – *Eu sou o novo Maranhão* – estabelece, as redes de discursos que se manifestam no cuidado com o Estado do

Maranhão, com seu desenvolvimento, que se realiza na pavimentação de estradas; no cuidado com a população, que se efetiva com a construção de hospitais, na rede de atendimento de serviços de saúde que chega até os municípios mais distantes; na cultura; na construção de escolas de tempo integral que fornece também alimentação aos estudantes; na realização de concursos para atender a segurança pública e na contratação dos concursados, na compra de viatura e motos para atender a esse serviço.

Entre memórias e esquecimentos, o sujeito das ações governamentais se subjetiva no *jingle* como um novo Maranhão que faz, que presta contas ao povo. E nessa prestação de contas dá destaque ao que foi cumprido, realizado. É um sujeito que busca legitimação do que cumpriu, mas apaga as vozes que não concordam com tudo o que é exposto.

Na contramão desse discurso da realização, o portal g1 Maranhão (01.01.2023)¹² destacou que “Em 4 anos de mandato, gestão Dino/Brandão cumpriu 38% das promessas de campanha”, ou seja, das 57 promessas feitas durante a campanha eleitoral em 2018 para o governo estadual, somente 38% foram cumpridas, resultando em 22 promessas. Em resumo: 22 promessas foram cumpridas, 28 foram cumpridas em parte e 7 não foram cumpridas.

O governo de Flávio Dino não cumpriu a promessa de promover um bom Índice de Desenvolvimento Humano. O Estado do Maranhão continua com o IDH – índice que avalia a qualidade de vida da população segundo três principais dimensões: renda, educação e longevidade – abaixo da média brasileira.

¹² <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/01/05/em-4-anos-de-mandato-gestao-dinobrandao-cumpriu-38percent-das-promessas-de-campanha.ghtml>

REFERÊNCIAS

- Alfredo Veiga-Neto. **Modos de ser e pensar junto com Michel Foucault**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 531p. 16 x 23 cm
- Bíblia de Estudos da Reforma. Barueri, S.P Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. (Comentário, p.1993).
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.
- BOBBIO, Noberto. **Verbete**: Oligarquia. IN: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola. Dicionário de política. Trad. Carmen C, Varriale et ali.; coord. trad. João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1a ed., 1998.
- CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 46, p. 55-101, 1978. Disponível em: www.reladyc.org. Acesso em: 31 mai. 2025.
- CASCAIS, Antônio Fernando. Paixão, morte e ressurreição do sujeito em Foucault. Comunicação e Linguagens. Lisboa: Cosmos, n.19, 1993. p.77-117.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW. Michel Foucault (1984). O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- EXAME. <https://exame.com/brasil/numero-de-homicidios-cresce-460-em-13-anos-no-maranhao>, 08 jan. 2014.
- FERNANDES, Cleudemar; A.; SANTOS, João B. C. (Orgs.). **Análise do Discurso**: unidade e dispersão. São Paulo: EntreMeios, 2004.
- FEBVRE, Lucien. Como reconstituir a vida afectiva de outrora? A sensibilidade e a história. In: FEBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- FONSECA, Márcio A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.
- FOUCAULT, M. **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos & Escritos, v. 5.
- FOUCAULT, Michel. Eu sou um pirotécnico. In: POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault, entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: O uso dos prazeres/Michel Foucault; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. Foucault: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 264-287

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & Escritos, V)

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975- 1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Poderes e estratégias. Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FOUCAULT, M. (2004). **Surveiller et punir, naissance de la prison**. 362p. Paris: Gallimard. (Original publicado em 1975).

GREGOLIN, Maria Rosário Valencise. Análise do Discurso com Michel Foucault – Episódio 01 – Quem somos nós hoje? Web-série do Grupo de Estudos em Análise do Discurso – GEADA/UNESp e do Grupo de Estudo de Mediações, Discurso e Sociedades Amazônicas – GEDAI/UFPA. Araraquara, 2016. Disponível em: eSearchgate.net/publication/356111816_Resenha_da_Webserie_Analise_do_Discurso_com_Michel_Foucault_Episodio_01_Quem_somos_nos_hoje/fulltext/63819c82c2cb154d2929ddbe/Resenha-da-Webserie-Analise-do-Discurso-com-Michel-Foucault-Episodio-01-Quem-somos-nos-hoje.pdf Acesso em: 13 ago. 2024.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GUILHON, Maria Virgínia Moreira. Sarneismo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA. v. 11, n. 01. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/160> Acesso em: 31 mai. 2025.

<https://youtu.be/EVF1oSJc6lM?si=eUjuZH6L9KI1eQJW>

<https://youtu.be/EVF1oSJc6lM?si=BrRQiH2219af7VAi>

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MACHADO, R. **A ciência e o saber** – a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

MENDES, R. C. M. “Ações políticas e privilégios particulares”: o conceito de oligarquia e os andamentos políticos da oligarquia sarneísta no Maranhão em tempos de ditadura. **32º Simpósio Nacional de História – ANPUH Nacional: Democracia e Direitos Humanos: desafios para uma história profissional**. Disponível em: www.snh2023.anpuh.org Acesso em: 02 abr 2025.

MILANEZ, Nilton. **Audivisualidades: elaborar com Foucault** (livro eletônico). Londrina: Eduel; Guarapuava: Ed. Unicentro, 2019.

PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2008.

PINTO, M. N. (1982). **Do Velho ao Novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: EDUFMA/Secretaria de Educação.

REIS, Flávio M. **Grupos políticos e estruturas oligárquicas no Maranhão (1850-1936)**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1992.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: Conceitos essenciais**. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Pioverani – São Carlos: Claraluz, 2005.

ROJO, Roxane. **Letramentos, mídias, linguagens**. 1. ed. – São Paulo: Parábola, 2019.

VEYNE, P. O indivíduo atingido no coração pelo Poder Público. In: VEYNE, P. *et al* (Org.). **Indivíduo e poder**. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 9-23.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1995. p.150-181.